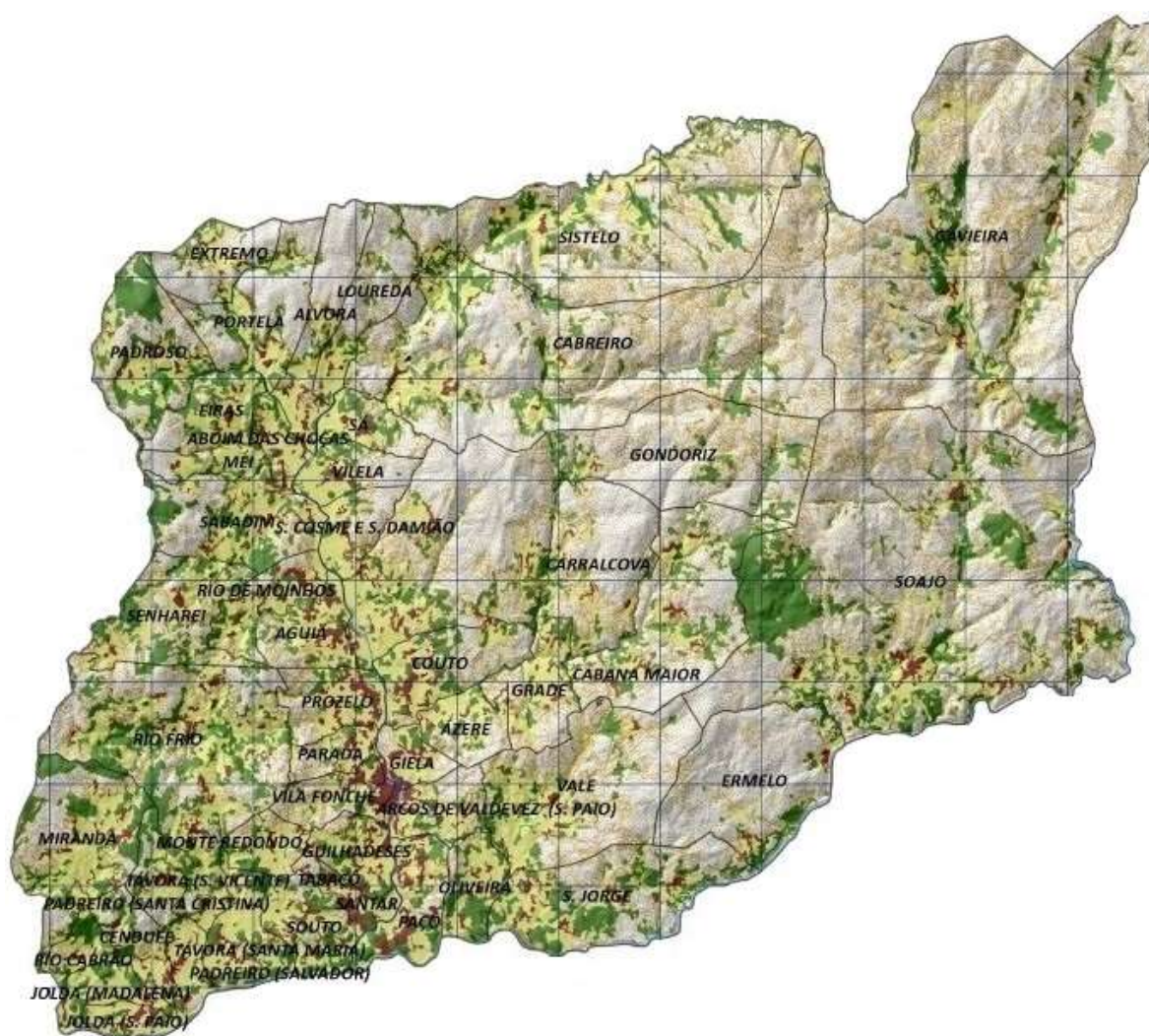


## RAEPDMAV – Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez em vigor



Setembro 2019

Divisão do Desenvolvimento Económico e do Urbanismo

Município de Arcos de Valdevez

<b>1.0. Âmbito.....</b>	<b>4</b>
1.1. Enquadramento Jurídico .....	4
<b>2.0. Estrutura Temática.....</b>	<b>6</b>
2.1. TERRITÓRIO.....	7
2.2. POPULAÇÃO .....	11
2.3. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS.....	12
2.4. ECONOMIA.....	13
2.4.1. Enquadramento Territorial.....	13
2.4.2. Atividades Económicas.....	14
2.4.2.1. Sector Primário .....	14
2.4.2.2. Sector Secundário .....	16
2.4.2.3. Sector Terciário .....	19
2.5. AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS .....	23
2.5.1. Estrutura Ecológica Municipal – Solo Rural .....	23
2.5.1.1. Rede Fundamental de Conservação da Natureza.....	23
2.5.1.2. Áreas de Interesse Natural, Ambiental, Ecológico e Paisagístico .....	24
2.5.2. Estrutura Ecológica Municipal – Solo Urbano .....	27
2.5.3. Recursos Naturais .....	29
2.6. INFRAESTRUTURAS .....	30
2.6.1. Abastecimento e Distribuição de Água para Consumo .....	30
2.6.2. Drenagem de Águas Residuais Domésticas .....	31
2.6.3. Drenagem de Águas Residuais Industriais .....	32
2.6.4. Drenagem de Águas Residuais Pluviais.....	32
2.6.5. Rede de Abastecimento e Distribuição de Gás .....	32
2.6.6. Rede de Telecomunicações .....	32
2.6.7. Rede de Deposição e Recolha Seletiva de RSU.....	33
2.7. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE .....	34

<b>3.0.</b>	<b>Administração do Território .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1.</b>	<b>PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>37</b>
3.1.1.	<i>Instrumentos de gestão territorial – Eficazes.....</i>	38
3.1.1.1.	Plano Diretor Municipal.....	38
3.1.1.2.	Plano de Urbanização da Sede de Concelho .....	39
3.1.1.3.	Plano de Pormenor de Valverde e Pedrosas .....	40
3.1.1.4.	Plano de Pormenor de Renovação do Centro Histórico .....	41
3.1.1.5.	Plano de Pormenor de Salvaguarda e Renovação Urbana de São Paio .....	42
3.1.1.6.	Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Paçô .....	43
3.1.1.7.	Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e Alto Lindoso.....	44
3.1.1.8.	Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês .....	45
3.1.2.	<i>Disponibilização de Informação e Conteúdos dos PMOT e outros IGT.....</i>	46
3.1.3.	<i>Planos, Programas e Outros de Natureza Específica .....</i>	46
3.1.3.1.	Áreas de Reabilitação Urbana .....	46
3.1.3.2.	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio .....	50
3.1.3.3.	Plano de Ação para a Regeneração Urbana .....	51
3.1.3.4.	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) .....	52
<b>3.2.</b>	<b>GESTÃO URBANÍSTICA .....</b>	<b>53</b>
3.2.1.	<i>Licenciamento Urbano.....</i>	54
3.2.2.	<i>Distribuição dos Edifícios em Solo Urbano e em Solo Rural .....</i>	55
3.2.3.	<i>Qualificação do Solo (PMOT) e Gestão Urbanística .....</i>	56
<b>4.0.</b>	<b>Estratégia Municipal – Visão para o Território .....</b>	<b>59</b>
<b>5.0.</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>64</b>

## 1.0. Âmbito

O **Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez**, adiante designado por RAEPDMAV, surge no enquadramento jurídico preconizado na legislação vigente aplicável e face à emergente necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez - PDMAV.

A referência cronológica deste trabalho incidirá com especial atenção para o tempo enquadrado entre o ano 2007 até à atualidade, justificando-se face à vigência do Plano Diretor Municipal de 2.ª geração, tornado eficaz em dezembro de 2007, sem prejuízo de outras abordagens cronologicamente enquadradas em tempos anteriores ou posteriores a este período, que justifiquem uma melhor perceção de alguns fatores de evolução do território, e que manifestamente revelem o atual estado de desenvolvimento.

Sem se tornar num documento fundamentalmente técnico em termos de dados e respetivo tratamento de informação, pretende-se com este relatório, caracterizar sumariamente o território, os mecanismos e os instrumentos que o administram, e assim tornar este útil à chamada de atenção para aspetos relevantes e com isso fundamentar a estrutura temática e respetivo estudo aprofundado de análise-síntese, que no processo que se venha a iniciar em termos da dinâmica do PDM, devam vir a ser tidos em boa consideração.

É, portanto, um relatório de situação, que através dos temas considerados pertinentes para a vivência e a boa qualidade do território, merecem um olhar atualizado que caracterize o seu estado e o contributo que o PDMAV forneceu para o mesmo, sem abordagem de sentido estratégico logo sem a finalidade de se constituir como um documento definidor da política de desenvolvimento que possa vir a ser assumida para o concelho.

### 1.1. Enquadramento Jurídico

O RAEPDMAV vem dar resposta às disposições legais previstas na **Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo** (Lei 31-2014 de 30 de maio de 2014, publicada Diário da República, 1.ª série - N.º 104 - 30 de maio de 2014) (LBOTU), ainda que de forma indireta, e no **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial** (RJIGT), o qual faz referência explícita no Artigo 202º.

O município de Arcos de Valdevez tem, em termos de PMOT, o **Plano Diretor Municipal** em vigor desde o ano de 1995, o **Plano de Urbanização da Sede de Concelho** em vigor desde o ano de 2003, o **Plano de Pormenor de Renovação Urbana do Centro Histórico de Arcos de Valdevez** em vigor desde o ano de 1997, o **Plano de Pormenor de Salvaguarda e Renovação Urbana de S. Paio** em vigor desde o ano de 1999, o **Plano de Pormenor de Valverde e Pedrosas** em vigor desde o ano de 1989 e o **Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Paçô** em vigor desde o ano de 1992, todos eles de acordo com as dinâmicas supervenientes respetivas apresentadas nos quadros do ponto 3.1.1..

Emerge a necessidade de proceder à *revisão/alteração* do PDMAV, pelo que se torna momento oportuno de previamente ao início dos respetivos procedimentos, elaborar o RAEPDMAV. Este relatório evidenciará o estado de situação do território, em matéria de ordenamento, cujo alcance deverá objetivamente formar e fornecer o quadro de situação territorial, útil como ponto de arranque aos estudos que venham a ser considerados no processo de revisão do PDMAV, e mais ainda do que isso, evidenciar essa necessidade de revisão.

## 2.0. Estrutura Temática

Importa definir uma estrutura de temas que permitam efetuar nas diversas dimensões (regulamentar, normativa, física e organizacional) o estado atual do ordenamento do território deste município, essencialmente focado no preconizado no PDMAV vigente e na sua confrontação com a dinâmica de tradução operacionalizada, sendo claro que o estado de ordenamento do território é atualmente reflexo da transformação e da gestão encetada pelos diversos intervenientes públicos com tutela sobre o mesmo.

Da LBOTU definem-se os objetivos da gestão territorial que a atuação do Estado deverá preconizar com a sua intervenção por via, naturalmente dos Instrumentos de Gestão Territorial (Programa e Planos) para os quais tem competência. Do CAPÍTULO I - *Gestão territorial* no Artigo 37.º - *Objetivos da gestão territorial* é determinado que «a gestão territorial visa executar a política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e garantir»:

- a) A melhoria das condições de vida e de trabalho das populações;
- b) A correta distribuição e localização no território das atividades económicas, das funções de habitação, de trabalho, de cultura e de lazer;
- c) A criação de oportunidades diversificadas de emprego como meio para a fixação das populações, particularmente nas áreas menos desenvolvidas;
- d) A preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento com atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, de conservação da natureza, de turismo e lazer, de produção de energias renováveis ou de exploração de recursos geológicos, de modo a que a afetação daqueles solos a outros usos se restrinja às situações em que seja efetivamente necessária e se encontre devidamente comprovada;
- e) A adequação de níveis de densidade urbana, impedindo a degradação da qualidade de vida, bem como o desequilíbrio da organização económica e social;
- f) A rentabilização de infraestruturas, evitando a extensão desnecessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais;
- g) A aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes;
- h) A reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos do património cultural classificados, bem como do respetivo parque habitacional em detrimento de nova construção;
- i) Promover a acessibilidade de todos os cidadãos aos edifícios, bem como aos espaços públicos e de uso coletivo;
- j) A recuperação e regeneração de áreas degradadas;
- k) A prevenção e redução de riscos coletivos.

Adotando o preceituado na LBOTU em matéria da definição dos objetivos à qual a gestão territorial deverá atingir, o RAEPDMAV procurará aferir o nível de sucesso e concretização alcançado com o planeamento e ordenamento do território face aos objetivos enunciados. Assim a estrutura temática a adotar neste, incidirá naquilo que é o território e o que nele se passa, em que devidamente se avaliará a concretização dos objetivos da gestão territorial aqui referidos e que de alguma forma tenham relação.

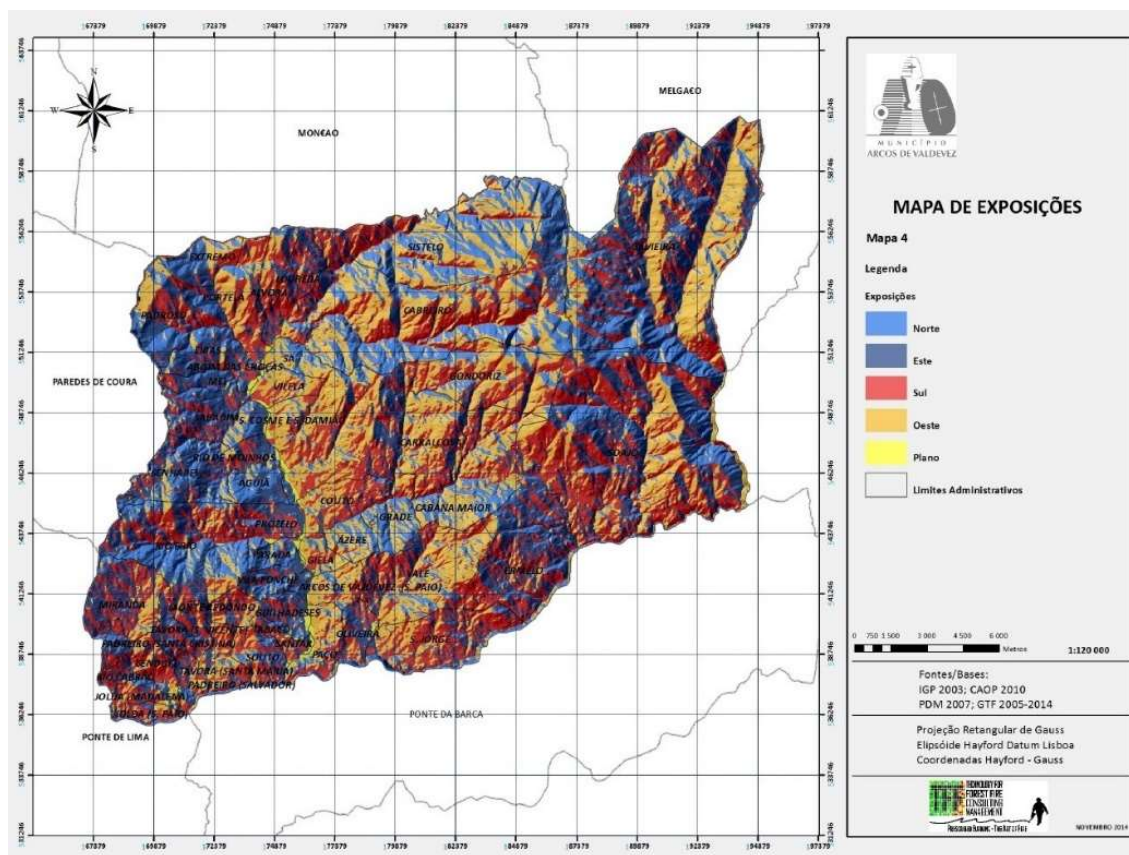
## 2.1. TERRITÓRIO

Arcos de Valdevez, concelho situado no Alto Minho, no distrito de Viana do Castelo, tem situada na margem direita do rio Vez a sua principal vila e sede. É um município composto por trinta e seis freguesias, com aproximadamente 21473 indivíduos (Pordata, 2018) e 44763.50 hectares de área.

As características biofísicas e antropogénicas deste território derivam da sua orografia predominantemente de montanha que tem no vale do Vez o meio 'natural' para o povoamento em estreita relação com o rio e áreas adjacentes de floresta, aspetos que conformaram uma ocupação e uso muito particular.

Entre outras características biofísicas, a *exposição solar*, os *declives* e a *altitude* das vertentes, associado às práticas culturais do modo de viver da população fortemente enraizadas no seu território, normalmente associadas ao meio rural, onde a bacia hidrográfica do rio Vez assume especial protagonismo, determinaram para Arcos de Valdevez a ocupação do solo à frente exposta.

As suas principais bacias hidrográficas, Vez e Lima (esta parcialmente em território do município e da qual a bacia do Vez é parte integrante) ambas de relevo enrugado, agregam vertentes predominantemente expostas a Oeste e a Sul - representadas a vermelho e laranja, o que é revelador de boa condição à ocupação humana e ao desenvolvimento de atividades, entre outras, a agrícola, a turística, e obviamente ao favorecimento das condições de higiene e salubridade das edificações.

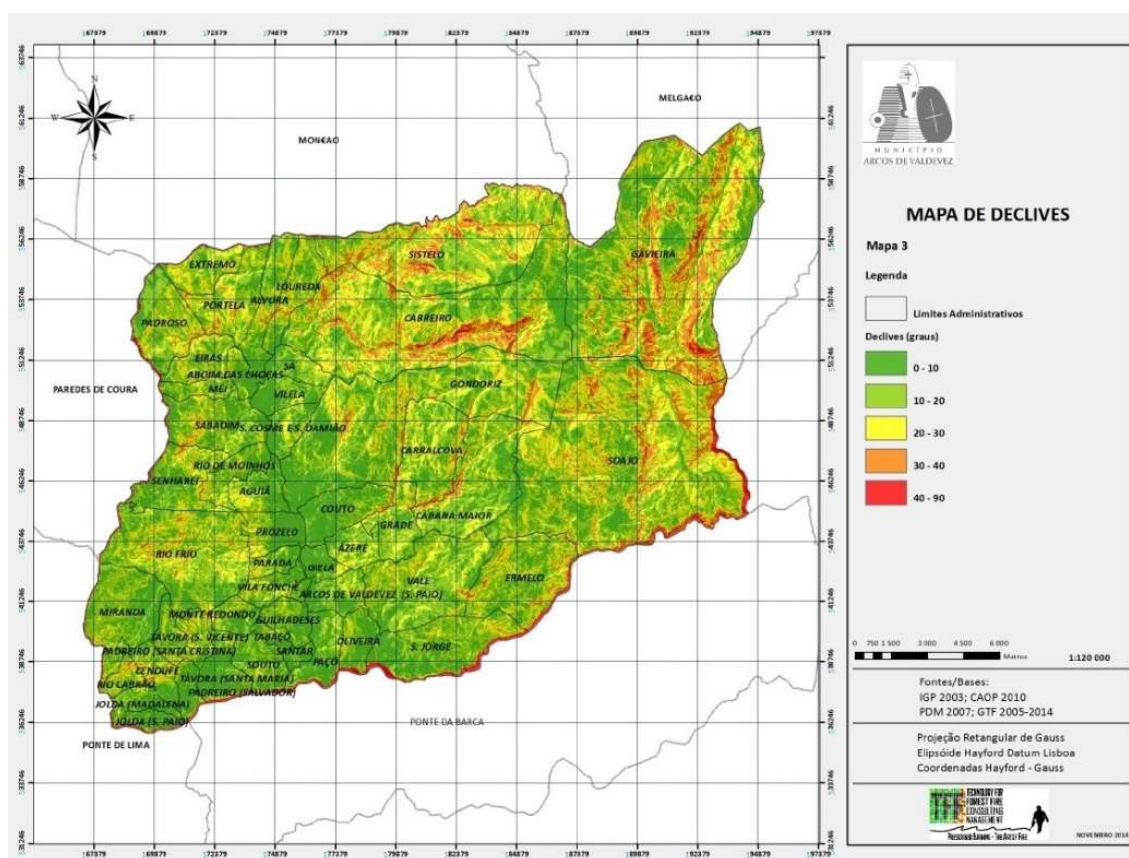




A paisagem, natureza e ambiente, permanecem como relevantes características deste concelho, o que associado à estrutura de povoamento do território, conferem um nível de qualidade de vida elevada associada a estes aspetos.

A densa rede hidrográfica, com praias fluviais, a diversidade do coberto vegetal, as aldeias implantadas nas vertentes montanhosas, as pastagens e solos agrícolas em socacos, os seus afloramentos graníticos, e todo um conjunto de características identificam-no inequivocamente com a realidade e a imagem do Alto-Minho.

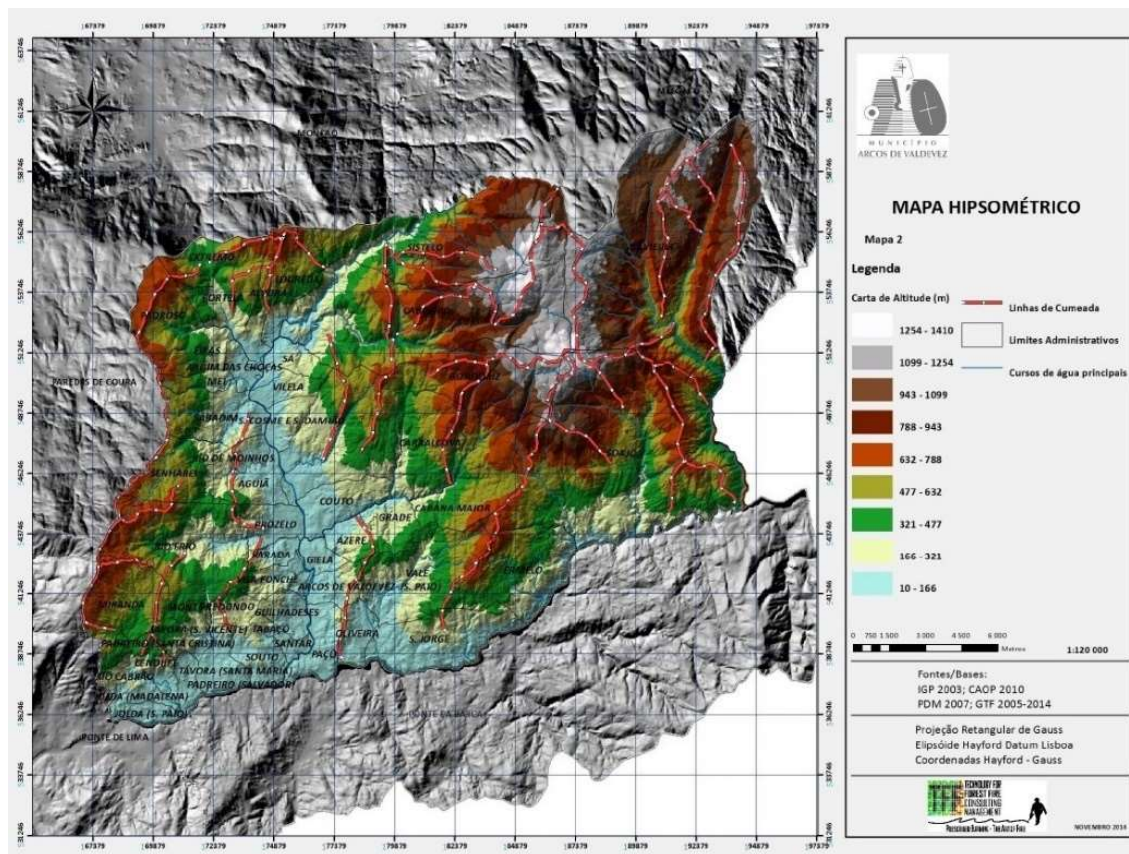
Apresenta, contudo, em predominância um território de baixo declive a variar no intervalo dos 0% aos 20% (representado nas duas tonalidades de verde), o que dá forte potencial ao povoamento, considerando o intervalo dos 5% aos 15% como de boa aptidão para a construção.



No seu vasto território é frequente encontrar edifícios e estruturas de elevado valor cultural, social e arquitetónico, sendo elementos que lhe conferem adicional monumentalidade e legitimidade, e logo um valor patrimonial contruído e cultural de relevo.



O povoamento está fortemente estabelecido numa estreita relação com o vale do rio Vez. Não tão somente pela natural força atrativa diversificada que os rios exercem nas opções de escolha das pessoas, que historicamente os interpretam como o mais precioso recurso, como pelas características geomorfológicas, de onde se destaca a bacia pouco declivosa e de baixa e meia encosta, logo muito favorável à ocupação humana.



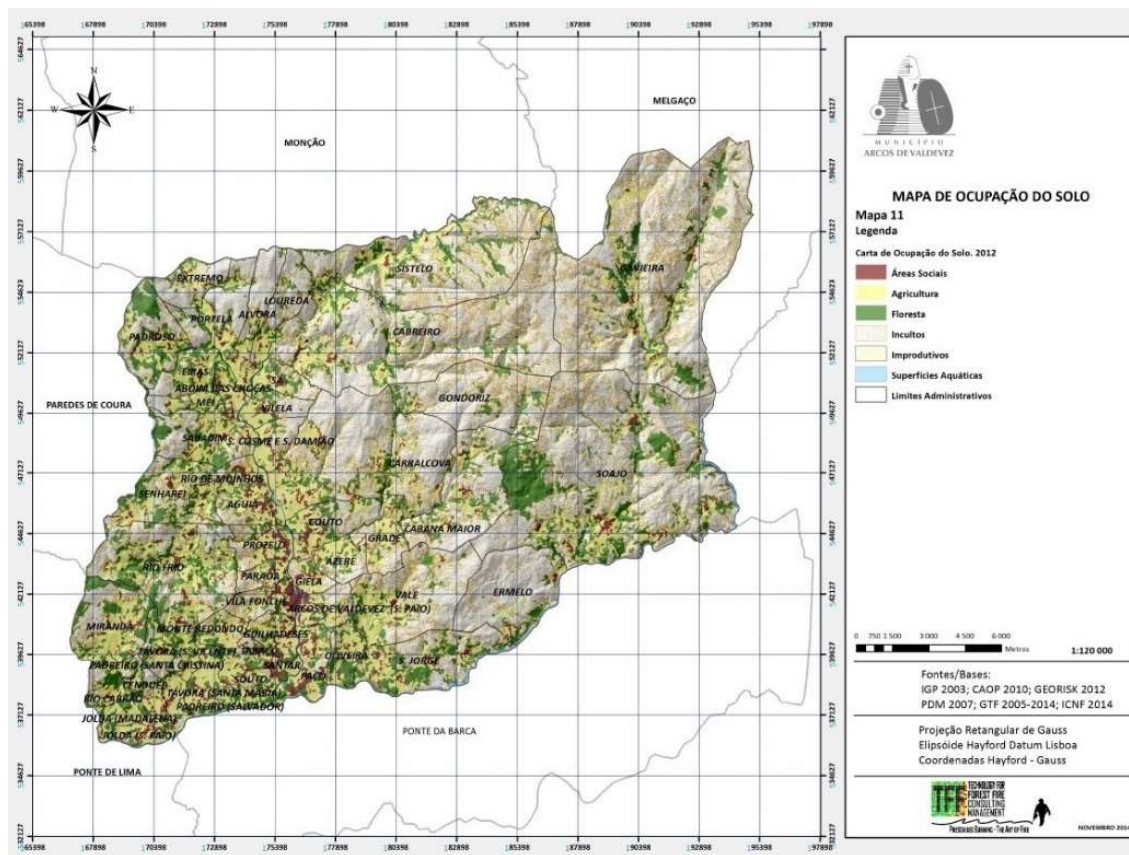
Não é, portanto, surpreendente a predominância de todo este território de baixa e meia encosta (representado pelas cores azul, amarelo e verde) como favorito à ocupação humana existente no município. Esta situação está bem expressa na carta de ocupação do solo, onde na média e baixa encosta do vale do Vez a ocupação humana é o posicionamento que a humanidade privilegiou desde sempre para a implantação das suas moradias assim como para o desenvolvimento de atividades.

Neste particular está também expresso na carta de ocupação do solo a estreita relação entre a ocupação edificada do homem, os aglomerados e as áreas de agricultura. A agricultura tendo sido predominantemente de subsistência, realça a íntima relação entre as áreas urbanas e as áreas de ocupação agrícola nas suas envolventes próximas, apresentando a ocupação agrícola interessante expressão espacial no vale do Vez, evidenciada pela cor amarela.

A relação de proximidade e alternância com áreas de floresta, constituindo assim o típico mosaico de ocupação humana em territórios com as características biofísicas evidenciadas, revela o interesse que o povoamento mantém no solo predominantemente rural, fazendo deste o seu meio 'natural' de vida, seja o seu modo de

viver, que persiste e garante assim a expressão paisagística que sempre o caracterizou, seja a paisagem humanizada.

A grande zona montanhosa cuja geomorfologia a torna agreste, caracteriza-se como espaço povoado nos 'pontos' mais favoráveis, e entre estes uma rede de vias de comunicação, conformando-se esta parte do território como um território de lugares centrais articulados entre si pela rede municipal, distribuição diferente da verificada no vale do rio Vez.



Estudar com profundidade e sistemicamente o estado do território na suas diferentes componentes biofísicas e antropogénicas (Hipsometria, Exposições, Declives, Geologia, Hidrografia, Valores Patrimoniais, Uso do Solo, Ocupação do Solo, Demografia, ....) deverá ser um pressuposto metodológico dos processos supervenientes em matéria de elaboração ou revisão do PDM, realizando as *análises* convenientes e respetivas *sínteses parcelares* e *síntese final* essenciais à adequada e correta caracterização e descrição do território.

## 2.2. POPULAÇÃO

A população em Arcos de Valdevez revela a tendência de evolução genérica da região em que se insere e do País. De entre os diversos indicadores demográficos torna-se importante evidenciar a *densidade demográfica* como o indicador que revela de forma particular o cenário demográfico que caracteriza este território. Arcos de Valdevez tem sensivelmente 447.60km<sup>2</sup> o que por si só leva a que a densidade populacional se torne baixa, particularmente se esta análise for enquadrada comparativamente à faixa litoral de Portugal centro norte (NUT II) e até mesmo no âmbito da NUT III – Alto Minho.

A situação está igualmente sinalizada no plano da CIM Alto Minho (2013) *Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”*, para a área geográfica do Alto-Minho. Contudo esta comparação, revela-se para Arcos de Valdevez com contornos diferentes, até porque há municípios com menos população, mas com maior densidade populacional, o que revela que a baixa densidade populacional em Arcos de Valdevez, se deve essencialmente à grande superfície territorial do concelho comparativamente aos outros municípios.

Numa análise mais fina, e recorrendo ao mapa de ocupação do solo, percebe-se inequivocamente que há uma grande área do vale do rio Vez e Lima, com considerável densidade populacional, e uma outra grande área essencialmente de montanha, de baixa densidade, sendo esta última grande área marcada em boa parte pelo PNPG. Esta é a expressão mais particular deste território em termos de densidade populacional.

Os dados sobre densidade populacional no concelho comparando valores demográficos para as freguesias que integram o perímetro urbano da sede de concelho em conjunto com as freguesias envolventes (que se estendem pela baixa e meia encosta dos vales do Vez e do Lima), com os valores da sua área de alta encosta, demonstram a evolução demográfica e movimento populacional que se tem afirmado.

Como referido o território, marcado pelos vales do Vez e do Lima e das suas respetivas áreas de alta encosta, tem na grande área de montanha a Este (onde se insere parcialmente o PNPG) e outra menor área de montanha a Oeste (cumeeira principal do maciço montanhoso) as partes onde é baixa densidade a ocupação populacional. Excetuam-se alguns aglomerados urbanos (lugares) que marcam presença em proximidade a essas áreas, os quais permanecem alicerçados em fatores culturais, o sentido do sítio e do modo de viver.

É por isso importante a dinâmica demográfica que se verifica na área territorial não inserida nas áreas de montanha referidas anteriormente, ou seja, nos vales do Vez e do Lima, principalmente na baixa e meia encosta, onde aí a densidade populacional é inversamente superior e de interessante afirmação no concelho. Posiciona-se, portanto, nestes vales importante densidade e dinâmica demográfica. É neste aspeto que se revela de particular observância verificar a realidade populacional neste concelho tendo em consideração o território biofísico, observando as suas partes, e assim, portanto compreender a situação demográfica que é sentida no quotidiano municipal, que é muito interessante.

O território, como referido, mesmo com aspetos com tendência similar à região Alto Minho em termos de população e movimento demográfico interno, revela, contudo, uma forte expressão de habitação nas freguesias, amarrada ao lugar e à família, logo uma forte face cultural e emocional, situação expressada pela quantidade de pedidos de licenciamento de novas construções e reabilitações de edifícios no território rural.

## 2.3. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

A localização dos edifícios e alojamentos de acordo com o momento censitário de 2011 – INE, distribuídos pelas freguesias municipais, tendo em atenção a ordenação pela percentagem que cada freguesia acolhe de alojamentos é a que consta da seguinte tabela:

FREGUESIAS		EDIFÍCIOS		ALOJAMENTOS	
		un	Percentagem	un	Percentagem
1	UF de Arcos Salvador, Vila Fonche e Parada	838	5,46%	1848	10,69%
2	UF de Arcos São Paio e Giela	655	4,27%	1174	6,79%
3	Soajo	1068	6,96%	1077	6,23%
4	UF de São Jorge e Ermelo	716	4,66%	731	4,23%
5	Gondoriz	697	4,54%	706	4,08%
6	UF de Guilhadeses e Santar	583	3,80%	655	3,79%
7	Paçô	509	3,32%	647	3,74%
8	Rio Frio	629	4,10%	636	3,68%
9	UF de Távora (Santa Maria e São Vicente)	591	3,85%	601	3,48%
10	Gavieira	554	3,61%	556	3,22%
11	Prozelo	510	3,32%	553	3,20%
12	Vale	542	3,53%	544	3,15%
13	UF de Souto e Tabagô	523	3,41%	540	3,12%
14	Couto	474	3,09%	480	2,78%
15	UF de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá	461	3,00%	470	2,72%
16	Aguiã	444	2,89%	455	2,63%
17	UF de Grade e Carralcova	447	2,91%	453	2,62%
18	Cabana Maior	404	2,63%	407	2,35%
19	Miranda	368	2,40%	368	2,13%
20	Cabreiro	354	2,31%	356	2,06%
21	UF de Alvora e Loureda	346	2,25%	347	2,01%
22	Sabadim	331	2,16%	333	1,93%
23	Rio de Moinhos	311	2,03%	312	1,80%
24	UF de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão	301	1,96%	303	1,75%
25	UF de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)	266	1,73%	284	1,64%
26	UF de Portela e Extremo	280	1,82%	280	1,62%
27	UF de Eiras e Mei	267	1,74%	267	1,54%
28	Oliveira	222	1,45%	233	1,35%
29	Senharei	229	1,49%	229	1,32%
30	Padroso	224	1,46%	224	1,30%
31	Sistelo	219	1,43%	221	1,28%
32	Cendufe	210	1,37%	214	1,24%
33	Aboim das Choças	208	1,36%	209	1,21%
34	Jolda (São Paio)	200	1,30%	201	1,16%
35	Monte Redondo	192	1,25%	195	1,13%
36	Ázere	176	1,15%	182	1,05%
Total		15349		17291	

## 2.4. ECONOMIA

### 2.4.1. Enquadramento Territorial

Arcos de Valdevez beneficia de fatores de localização naturalmente privilegiados pela generosidade que a geomorfologia desta região lhe confere, onde a orografia, biodiversidade, paisagem e cultura, são entre outras, características biofísicas que aliadas às características antropogénicas, favorecem um ambiente de negócios, laboração e funcionamento, que vêm de encontro às expectativas cada vez mais valorizadas como fatores competitivos de localização por quem toma opções de investimento, trabalho e vida.

Localizado na região Norte de Portugal e na contiguidade com a Galiza encontra na macroestrutura territorial regional um enquadramento muito favorável, beneficiando da excelente rede de acessibilidade e mobilidade, que coloca o concelho próximo das estruturas de transporte internacional e das instituições regionais de ensino universitário, politécnico e centros de tecnologia, inovação e desenvolvimento.

Às evidências naturais e culturais estão as facilidades infraestruturais e equipamentos coletivos, que abraçam o atendimento desde as necessidades básicas à prestação de serviços públicos, promovendo assim de facto a existência de um ambiente muito acolhedor ao estabelecimento e desenvolvimento de atividades económicas.

O seu território beneficia de parques empresariais, preconizados no PDM, qualificados para o atendimento em normais condições de estabelecimento e desenvolvimento de atividades económicas, assim como detém instituições de ensino e formação profissional, entidades de acolhimento e apoio ao empreendedorismo, e entre outros de infraestruturas de transportes e logística que garantem o escoamento/aprovisionamento de mercadorias e produtos sem qualquer estrangulamento rodoviário.



Estes fatores de competitividade, nomeadamente localização, enquadramento institucional, ambiente, mercado de emprego, e política municipal de incentivo ao empreendedorismo, tornam o município uma referência na atração e fixação de investimento empresarial privado. Para isso em muito tem contribuído a abordagem regulamentar e de ordenamento territorial que o PDMAV disciplina e normaliza.



## 2.4.2. Atividades Económicas

### 2.4.2.1. Sector Primário

No sector primário, têm representação neste território as atividades associadas à agricultura, pecuária e produção florestal e/ou agroflorestal. A estes casos existem também alguns a que se juntam um alargamento no aproveitamento de oportunidade, conciliando nos dois sentidos atividades de Turismo em Espaço Rural com as atrás referidas, principalmente agrícola, fenómeno cada vez mais corrente em Portugal.

A agricultura, por natureza do território e também por perfil cultural, onde a propriedade muito recortada e de geometria muito irregular assume papel determinante, é predominantemente de minifúndio. Anteriormente associada a agricultura de subsistência, hoje por força de novos empreendedores que procuraram a recuperação de produção tradicional e outros de novos produtos com potencial de mercado, surgiram explorações que adquiriram dimensão e capacidade de competir no mercado.

O contexto económico e social dos últimos anos motivou um regresso a atividades consideradas tradicionais e o olhar sobre o potencial dos espaços com aptidão agrícola e florestal, mobilizando o surgimento de empresas com um crescimento e uma dinâmica muito interessantes.

Quer seja de atividades agrícolas e florestais quer seja de atividades compatíveis, nomeadamente o Turismo, esta dinâmica está muito relacionada com regime preceituado no Regulamento do PDM – RPDM, que privilegia à manutenção destes espaços o seu paralelo desenvolvimento e potenciação com atividades compatíveis.

Do RPDM, no Capítulo *Qualificação do Solo Rural* na secção dedicada ao *Espaço Agrícola*, está determinado logo no início essa intenção clara em otimizar potenciando o melhor aproveitamento desses espaços em regime de exceção, quer seja por via do seu papel enquanto atividade económica, quer seja, por via do quadro paisagístico e da vocação turística, ou seja, de uma ampla visão da importância destes espaços:

#### QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL (Capítulo IV)

##### ESPAÇO AGRÍCOLA (secção I)

##### Identificação (Artigo 14.º)

1. *O espaço agrícola corresponde a áreas de reconhecido interesse estratégico para a prática da agricultura e de outras atividades complementares associadas.*
2. *As áreas integradas nesta categoria inserem -se em unidades de paisagem de dimensão relevante que, em face das suas características morfológicas, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas e servem de enquadramento paisagístico a aglomerados, designadamente de montanha.*
3. *O espaço agrícola subdivide -se em área agrícola complementar e área agrícola condicionada (RAN).*
4. *As áreas com aptidão turística que integram o espaço agrícola são consideradas compatíveis com o uso dominante em regime de exceção.*

Também, a observância que foi dada ao *Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas – RERAE*, em sede de alteração ao PDM, introduzindo no seu Regulamento uma nova oportunidade para a

normalização e o desenvolvimento de estabelecimentos e respetivas atividades enquadráveis neste regime, permitiu impulsionar o sector, fomentando simultaneamente uma abordagem privada atual e inovadora, onde por exemplo a pastorícia, a viticultura, a agricultura biológica, a transformação de produtos locais, as associações então criadas ou refundadas, entre outras neste vasto domínio, tornaram o sector interessante.

O RERA, publicado pelo decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, preceitua a possibilidade de regularização excecional de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor, que reúnam determinadas condições, nomeadamente face ao instrumento de gestão territorial ou face a servidões administrativas e restrições de utilidade pública e que para determinados casos o Município tenha encetado o seu reconhecimento como atividades de interesse municipal e que paralelamente estejam a ser promovidas junto da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte – DRAPN os procedimentos legais conducentes ao seu licenciamento.

Desde 2 de janeiro de 2015 (data da entrada em vigor do RERA) até meados de 2018 (data de alteração do Regulamento do PDM neste âmbito), foram emitidas trezentas e dezanove declarações de interesse municipal, pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob proposta da Câmara Municipal, relativamente à regularização dos estabelecimentos em causa.

Pela DRAPN e demais entidades licenciadoras, decorrem conferências decisórias nos termos previsto no RERA, nas quais se ponderaram os vários aspetos a acautelar e eventuais medidas para cessar ou minimizar impactes em matéria de gestão ambiental, tendo nas situações de incompatibilidade com o Plano Diretor Municipal, sido reconhecido o interesse público municipal na regularização dos estabelecimentos no âmbito do referido regime jurídico.

De acordo com o definido no RERA, por competência da Câmara Municipal, procedeu-se à adequação e suspensão do PDM em vigor para as áreas abrangidas pelos pedidos de regularização abrangidos, ficando decidido pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 10 de novembro de 2017, nos termos do disposto na legislação aplicável promover à 4.ª alteração do PDM de Arcos de Valdevez no sentido de incluir no seu Regulamento, publicado em Diário da República, 2.ª série, de 10 de dezembro de 2007, uma norma que enquadra o RERA no normal funcionamento da gestão urbanística para os casos específicos.

A planificação municipal, tal como verificado na alteração por adaptação do PDM por via da aplicação do RERA, ou pelo preceituado no regulamento do PDM em matéria de espaços agrícolas e potenciais de desenvolvimento compatível, revelou clara atitude impulsionadora e fomentadora de iniciativa e não imobilizadora.

No âmbito do espaço florestal, atendendo à considerável expressão que estas áreas têm no município, o PDM no seu regulamento preconiza um regime, em concordância com o quadro nacional e regional para o seu ordenamento e gestão, que privilegia a sua valorização quer em termos ambientais quer em termos ecológicos.

Do RPDM, a secção dedicada ao *Espaço Florestal* é introduzida com a identificação deste espaço, de onde realçam três dimensões onde *ambiente*, *recursos naturais* e *ecologia* se garantem mutuamente em harmonia e com sentido de desenvolvimento.



A floresta é interpretada como espaço de valorização ambiental e paisagística, de onde a humanidade assimila externalidades positivas pela obtenção dos efeitos benéficos da sua presença, e onde intervém na floresta potenciando o seu valor produtivo, de forma tangível e intangível. Com especial destaque para *Área Florestal integrada no Projeto Sumidouros de Carbono*, as possibilidades de desenvolvimento económico equilibrado estão previstas no RPDM, sendo que o *Espaço Florestal de Proteção*, com forte componente ambiental e logo expressão paisagística, tem igualmente um papel preponderante para o desenvolvimento, nomeadamente para o turismo, que procura no valor intangível da natureza e da paisagem um importante recurso.

#### QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL (Capítulo IV)

##### ESPAÇO FLORESTAL (secção II)

##### Identificação (Artigo 25.º)

1. *O espaço florestal corresponde ao conjunto de terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo -pastoril ou os incultos de longa duração.*
2. *O espaço florestal subdivide -se nas seguintes subcategorias:*
  - a) *Espaço Florestal de Produção;*
  - b) *Espaço Florestal Silvo-Pastoril;*
  - c) *Espaço Florestal de Proteção.*
  - d) *Área Florestal integrada no projeto Sumidouro de Carbono*

A área florestal integrada no projeto Sumidouro de Carbono engloba o conjunto das áreas ocupadas por florestas na área do PNPG e que estão sujeitas ao projeto de formação de sumidouros de carbono estabelecidos e regulados pelo protocolo de Quioto. Estas áreas visam a absorção de carbono e a redução das emissões de gases de efeito de estufa, através da recomposição de áreas degradadas e da conservação do coberto florestal existente, e de entre outros, da manutenção da biodiversidade.

Em suma, as áreas com aptidão e vocação agrícola e florestal, já disciplinadas no PDM e mesmo as que não programadas, mas que detêm as características biofísicas e de uso do solo potencial para este sector, deverão ser observadas em termos do reforço da estratégia que venha a ser assumida para o desenvolvimento do território por via do sector primário de atividades económicas, tal como se verifica nos atuais vínculos focados no desenvolvimento destas áreas e logo da população por via do preceituado no RPDM.

#### 2.4.2.2. Sector Secundário

O sector secundário é o mais indutor de dinâmica económica aos territórios onde se estabelece, pois é normalmente associado a empresas muito empregadoras, de considerável valor acrescentado, que funcionam cada vez mais em processos '*clusterizados*' na cadeia de valor de redes de empresas, e que motivam paralelamente a criação de empresas prestadoras de serviços dos quais necessitam para o seu funcionamento produtivo e administrativo.

O seu efeito na economia regional é, portanto predominantemente sinónimo de externalidade positiva, logo com efeitos colaterais em terceiros, podendo afirmar-se que para que esse efeito se torne mais evidente e, principalmente, possível, um território competitivo é o meio essencial para essa propagação.

Dentro do sector secundário, a construção civil e obras públicas têm íntima relação com o território, facto intrínseco e inquestionável. Esta afirmação pode ter diversas leituras, pois as dinâmicas do território têm efeito imediato e direto nas empresas de construção civil, e o inverso de igual forma. O investimento público em obras, e a procura de financiamento ao imobiliário, são partes de uma rede sinérgica que tem tradicionalmente grande impacto no desenvolvimento de uma região e cujos efeitos se fazem sentir.

Sabendo que o período em análise corresponde está marcado em parte pela crise, nomeadamente de financiamento e do imobiliário, logo com efeito direto nas empresas de construção civil e obras públicas, a verdade é que a tendência para a especialização deste sector, viu neste 'interregno' de atividade, a oportunidade de reinterpretar o sector e surgirem com isso empresas mais dedicadas apenas a partes do sector da construção civil, especializando-se e naturalmente aumentarem o número de empresas do sector.

A constituição da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Arcos de Valdevez e a sua recente alteração com alargamento da área de intervenção, bem como a aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana dos Aglomerados urbanos de Ermelo – Igreja, Soajo, Sistelo – Padrão, Sistelo – Porto Cova e Sistelo- Padrão, pode contribuir para a retoma do sector da construção civil verificada. As solicitações de manutenção, melhoria e adequabilidade à legislação vigente e o fenómeno da reabilitação urbana principalmente sobre o edificado, impulsionaram certamente a revitalização do sector com o surgimento em determinado momento das referidas pequenas empresas especializadas, e com isto a melhoria do parque edificado e logo das condições de habitabilidade atuais.

No que concerne à indústria transformadora mais do que uma força de impulsionamento, tem sido um garante para a estabilidade e resiliência do território deste município, em termos da criação e manutenção de emprego e geração de carreiras qualificadas. Sendo dado adquirido o papel do Município nesta matéria, por via da criação dos parques empresariais municipais e dos bons resultados que essa política originou, torna-se mais evidente que para a retoma do número de empresas de indústria transformadora desde 2013, está intimamente relacionada com as condições entretanto melhoradas e consolidadas nesses mesmos parques.

A fase de crise económica nacional e europeia, que decorreu recentemente, não surtiu efeitos de maior, quer em termos da falência de empresas quer em termos de emprego, nas empresas instaladas nos parques empresariais. Sendo certa a manutenção das que estavam estabelecidas nos parques empresariais, juntaram-se recentemente o estabelecimento de novas unidades produtivas assim como o alargamento de algumas, processo que ainda persiste e se reafirma, ao qual o Município pretende dar continuado impulso.

Os Parques Empresariais, expressam e exteriorizam, a materialização da estratégia que o Município entendeu prioritária para o seu desenvolvimento económico e social, nomeadamente em termos do emprego qualificado, fixando e atraindo população ativa, e da promoção de um ambiente de negócios favorável, com efeitos na criação de valor e riqueza.

## Parques Empresariais

Na década de noventa do século XX, ainda sem a existência do PDM, o Município deu início à sua política de desenvolvimento social e económico, com a criação do primeiro parque empresarial – **Parque Empresarial de Paçô**, à data planificado e desenhado pelo então denominado *Plano de Pormenor da Zona Industrial de Arcos de Valdevez*.

No início do século XXI, o Parque Empresarial de Paçô com grande parte da sua capacidade esgotada, face a solicitações concretas de grande importância e envergadura, o município viu-se na necessidade de reactivamente avançar com um novo espaço de acolhimento industrial.

Encetou então, já com PDMv1995 eficaz, esforços de planificação e concertação com entidades competentes, no sentido de alterar um espaço então destinado a *Equipamento de Utilização Coletiva* (no qual se preconizava aí instalar um considerável matadouro regional), adaptando-o a *Área Industrial*. Com a alteração ao PDM aprovada e tornada eficaz, por via da elaboração e aprovação de operação urbanística de loteamento, foi assim criado o **Parque Empresarial de Padreiro**.

No decurso da primeira década do século XXI, Arcos de Valdevez, tinha em carteira muitas solicitações para investimento empresarial privado, às quais o município procurou dar o melhor atendimento. Emergiu assim a necessidade de se avançar para o terceiro parque empresarial, e a opção recaiu para o que o PDMv1995 ordenava como *Área Industrial*, no lugar de Mogueiras.

A operacionalização da primeira fase deste parque para dar resposta eficiente ao que se figurava como uma excelente aposta de investimento, tornou-se viável por via da elaboração e aprovação de operação urbanística de loteamento, criando-se assim a primeira fase do **Parque Empresarial de Mogueiras**. Por necessidade de resposta a solicitações fundamentadas e promissoras, este parque foi sendo alargado por força de iniciativas adicionais recorrendo a operações urbanísticas de loteamento, as quais decorreram já com o PDM de 2.ª geração eficaz PDMv2007.

Com o desenvolvimento empresarial verificado, e perante a revisão do PDM, o momento foi oportuno para assumir neste instrumento os parques empresariais então construídos, as áreas de expansão nas respetivas envolventes, assim como as novas localizações planificadas, e principalmente dar cabimento à dinâmica e flexibilidade que o investimento privado necessita para o seu normal desenvolvimento e competitividade.

Com a aprovação do PDMv2007 (2.ª geração), o ordenamento do território para estes parques ficou determinado por este instrumento, nomeadamente no *regulamento*, a ótica de assumir o desenvolvimento concretizado e introduzir flexibilidade e capacidade de adaptação dos parques empresariais, para fazer face à dinâmica que caracteriza o sector secundário das atividades económicas. Ressalta ainda, do RPDM e para as novas áreas, a expansão dos parques empresariais passar a poder ser também por via de investimento de iniciativa privada.

Com renovadas solicitações de empresários locais para estabelecimento de unidades produtivas, a implantar preferencialmente na zona norte do concelho, logo fora do enquadramento geográfico dos três parques empresariais existentes, estas intenções encontraram possibilidade de localização na freguesia de Álvora em

terreno propriedade da freguesia, em solo classificado parcialmente como *Espaço Urbano* e como *Espaço Cuja Urbanização Seja Possível Programar*.

Com estudos prévios sobre proposta de organização de um novo espaço capaz de acolher unidades produtivas, segundo um perfil determinado, foi recentemente aprovada a operação de loteamento urbano que deu tradução administrativa e a base para a elaboração de projeto que culmine com a concretização do **Parque Empresarial a Norte do Concelho, em Alvora**.

O PDMv2007 nos seus elementos fundamentais, para além do preconizado, possibilita estabelecimentos e atividades de indústria e armazenagem fora dos parques empresariais, em compatibilidade com a função habitacional, nos termos do Artigo 55.º do regulamento do PDMv2007.

Perante esta possibilidade houveram empresas que neste enquadramento legal acabaram por criar e ampliar as suas instalações e aí desenvolvem a sua atividade, com efeitos interessantes em termos de desenvolvimento de negócio e de emprego. Atualmente com três parques empresariais em expansão e com a criação de outro a norte do concelho, o planeamento municipal contribui para a concretização dos mesmos, quer em termos administrativos quer em termos de materialização física, nomeadamente pelo renovado impulso dado pelo PDM de 2.ª Geração nesta temática.

### 2.4.2.3. Sector Terciário

O sector terciário de atividades económicas, não considerando as empresas financeiras, sejam as empresas prestadoras de serviços e comércio, acompanhou com um ligeiro desfasamento cronológico, a evolução verificada no sector secundário. Esta variação revela a correlação do sector terciário associada ao sector secundário. Agregados os valores absolutos resultaram os seguintes totais e por ano:

Sector Terciário								
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Empresas	1 269	1 366	1 371	1 301	1 266	1 276	1 262	1 310

In: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, PORDATA, Copyright © Fundação Francisco Manuel dos Santos  
INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas | Fonte: PORDATA

Embora desfasado no tempo, relativamente ao comportamento das empresas do sector secundário, o comportamento posterior da evolução da curva de crescimento destas empresas, é similar ao do sector secundário, principalmente em termos de tendência de subida/descida. É uma associação típica e vulgar, pois o sector terciário dá predominantemente respostas às necessidades diversas que o grande sector secundário gera como externalidades positivas.

## Turismo

Das atividades económicas instaladas neste município pode-se concluir que a retoma faz-se sentir indubitavelmente nos grandes sectores de atividade, e para isso ter acontecido da forma consistente e sem complicações injustificadas e imobilizadoras, se deve ao modelo atual de ordenamento e gestão territorial adotado.

Aspetos regulamentares introduzidos no PDMv2007, pontualmente adaptado e melhorado no sentido do fomento das oportunidades legislativas, assim como na assimilação e incremento de instrumentos para o ordenamento territorial que são potenciadores do desenvolvimento, tanto para as áreas de solo urbano como solo rural, o Turismo tem sido um subsector em evidencia no aproveitamento deste contexto.

No âmbito do tema *Economia – Sector Terciário*, individualizar o subsector do *Turismo* faz todo o sentido. Por um lado, é uma atividade que tem sido preponderante na dinâmica e na retoma a que o país está a assistir, e, portanto, importará verificar a tendência em Arcos de Valdevez, e por outro lado pela particularidade deste sector na sua íntima relação com a qualidade do território onde se instala e aí se desenvolve.

Pode afirmar-se que o turismo só tem condições de estabelecimento e desenvolvimento numa região, se esse território tiver as características físicas e antropogénicas fundamentais para isso. É uma afirmação óbvia, e que por sê-lo aqui se faz ênfase. Paralelamente, ao potencial que esse território tem, se estiverem aliados instrumentos e mecanismos de fomento ao seu desenvolvimento, melhor e sustentado se torna ter sucesso.

Entre outras, é na figura do que está vinculado no PDM, como *Espaço de Atividades Compatíveis* que o Município e as entidades privadas têm encontrado oportunidades de desenvolvimento do turismo de forma criativa e valorizadora do espaço rural e com isso fomentar o desenvolvimento equilibrado do território.

É um preceituado no RPDM que introduz no Solo Rural, nomeadamente em *Espaço Agrícola*, *Espaço Florestal* e *Espaço Natural*, possibilidades de investimento sem colocar em causa os valores dos sítios, mas antes potenciar a sua manutenção e valorização enquanto espaços qualificados ao desenvolvimento territorial.

### QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL (Capítulo IV)

#### ESPAÇO DE ACTIVIDADES COMPATÍVEIS (secção VI)

##### Identificação (Artigo 47.º)

1. *O espaço de atividades compatíveis corresponde a espaços construídos ou livres a que se reconhece vocação e condições para a localização de empreendimentos turísticos ou outras instalações e edificações destinadas ao uso recreativo e de lazer, integrados em espaço agrícola, florestal ou natural.*
2. (...)

A esta possibilidade da utilização como Atividades Compatíveis em Solo Rural, complementa-se o preceituado no Artigo 69.º do RPDM o qual identifica na estrutura do Solo Urbano, áreas turísticas de relevo às quais corresponde importante visão para a afirmação do território como espaço privilegiado para o turismo.

Portanto, o turismo neste concelho enraizado na paisagem, património e nas tradições do Alto-Minho, e que tem no principal instrumento de gestão territorial municipal mecanismos potenciadores, encontra neste espaço geográfico as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, lúdicas e recreativas assim como para o empreendedorismo turístico de iniciativa privada.



Este espaço de excelência, tem sido intervencionado em quantidade e diversidade pelo sector público, essencialmente por via da construção de Equipamentos de Utilização Coletiva, dedicados a servirem de suporte a uma agenda de atividades e eventos que oferecem a complementaridade ao que o território *per si* já proporciona com as características que detém. São fatores que os operadores turísticos valorizam e por isso vêm desenvolvendo no concelho com persistência a sua atividade económica.

Este concelho vê diversos edifícios a serem reabilitados e/ou remodelados e outros a serem construídos para concretizar a estratégia municipal com foco especial na atividade cultural e desportiva, logo com forte repercussão no lazer, entretenimento, recreação e atividade turística. O território evidencia condições biofísicas, onde a orografia, hidrografia e o coberto vegetal, fazem da paisagem deste concelho um valor inquestionável.

A este facto junta-se um grande número de casas de arquitetura vernacular e outras casas senhoriais armoriadas e palacetes, os quais no conjunto com a paisagem em que se inserem formatam o território municipal de grande capacidade para o contínuo desenvolvimento turístico, onde o investimento público realizado e a dinâmica empreendedora privada têm construído um caminho de sucesso.

Com forte tradição nas modalidades de Turismo de Habitação - TH e Turismo em Espaço Rural - TER, o município vê também com a aposta recente em Hotéis e no Alojamento Local, um incremento significativo na capacidade de alojamento a qual é acompanhada pela boa qualidade das condições e dos serviços prestados.

Resulta por isso em oportunidade a atual situação, pois à aptidão instalada, por via do quadro normativo do RPDM, prevalece ainda uma vocação territorial de grande potencial para o empreendimento turístico, dado o elevado valor patrimonial que aqui se encontra, nomeadamente a disponibilidade de edifícios de reconhecido valor, assim como um pacote de incentivos municipais ao investimento.

Segundo os dados do Centro Municipal de Informação e Turismo – CMIT, abrangendo grande parte das modalidades classificadas pelo Turismo de Portugal, existem 5 Hotéis, 4 empreendimentos de Turismo de Habitação, 40 empreendimentos de Turismo de Espaço Rural (Casas de Campo e Agroturismo), 1 Pousada e 2 Parques de Campismo e Auto Caravanismo. Ainda registados no Turismo de Portugal estão 99 Alojamentos

Locais. Paralelamente desenvolvem atividades 7 Agentes de Animação Turística, estas predominantemente associadas ao turismo de natureza e montanha, e finalmente estão registadas 7 Agentes de Viagens e Turismo.

Deverá, portanto, a política de ordenamento do território e a sua instrumentalização em planos e programas reforçar este potencial de atividade, do qual resultam dois grandes tipos de ganhos: o económico e muito importante a qualificação ou requalificação de partes singulares do território edificado e não edificado. Esta visão para a qualificação territorial, também por esta via, ganha maior importância, pois as áreas classificadas no concelho beneficiam este potencial e elas próprias ganham com uma dinâmica que se pretende reforçar.

Ao sector turístico, nomeadamente ao empreendedorismo, o fomento de efeitos sinérgicos entre o sector privado e a mobilização pública para a melhoria das condições do **Rio Vez**, do **Parque Nacional Peneda-Gerês**, da **Vila de Soajo**, da **Paisagem Cultural Monumento Nacional de Sistelo**, e o projeto **Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação dos Fortes de Extremo**, do **Museu de Água ao Ar Livre**, entre outros, assumem preponderante importância.

A busca contínua de resultados positivos e afirmativos do Município neste domínio, estão por isso nas prioridades em matéria de planeamento, ordenamento e programação territorial, reforçando continuamente o trabalho já verificado.

Os resultados para já obtidos demonstram esse foco, o que motiva ainda mais e melhor observância e responsabilidade sobre estas partes do território. O PNPG e a área de Sistelo recentemente classificada como Paisagem Cultural Monumento Nacional, são exemplos do que poderá ser feito em outras áreas do território municipal, para além da referida observância a que estas deverão, agora mais, estar sujeitas. O estudo estratégico em curso para o desenvolvimento da área paisagística do maciço montanhoso no oeste do concelho, conhecido como zona da Miranda até ao Extremo, é o mais recente esforço para a afirmação do território.





## 2.5. AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

### 2.5.1. Estrutura Ecológica Municipal – Solo Rural

#### 2.5.1.1. Rede Fundamental de Conservação da Natureza

O território de Arcos de Valdevez é marcado por espaços que integram a rede fundamental de conservação da natureza, condição que decorre das evidentes características biofísicas e antropogénicas e do historial administrativo e de gestão desses espaços. O relevo enrugado, o coberto florestal, a rede hidrográfica, a constituição geológica, os declives acentuados, a biodiversidade e a estrutura de povoamento principalmente nas áreas de montanha, são expressões reveladoras dos argumentos que relevam este território para a notabilidade em matéria de natureza.

O concelho de Arcos de Valdevez integra solos da **Rede Natura 2000** (ZPE + SIC totalizando 21733.50ha), **Áreas Protegidas** (Parque Nacional da Peneda Gerês – 13782.50ha, e parte da Paisagem Protegida de Corno de Bico – 498ha), densa rede hidrográfica que integram o **Domínio Público Hídrico**, principalmente associado aos rios Lima e Vez, espaços classificados em **Reserva Agrícola Nacional** – 7405.30ha, e espaços classificados em **Reserva Ecológica Nacional** – 18222.60ha. De salientar que, independentemente da sobreposição de espaços com condicionantes distintas, a área do concelho inserida em **Regime Florestal** é de 9500.00ha.

A Estrutura Ecológica Municipal em Solo Rural, tem como fundamento, garantir o equilíbrio ecológico do processo de transformação do território, abrangendo uma área de 31 620,90ha, com a seguinte incidência territorial de aproximadamente 70,64%

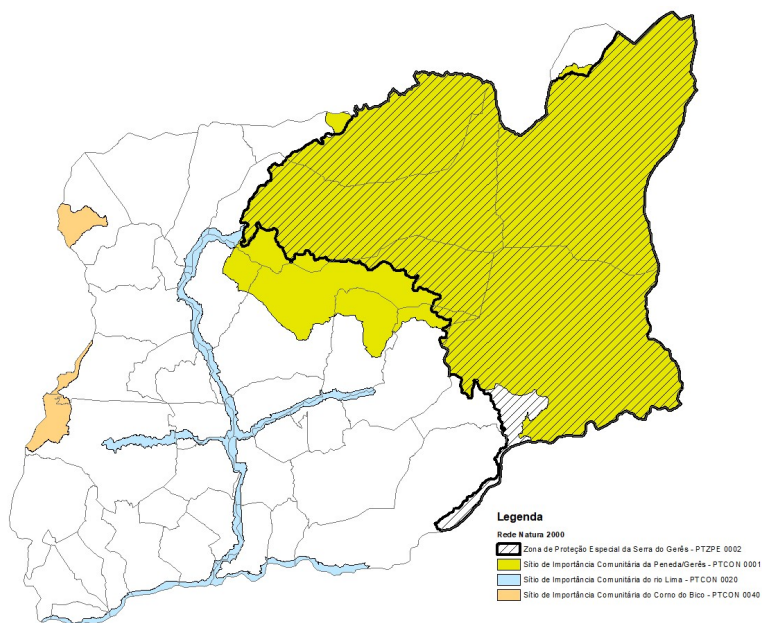


O concelho de Arcos de Valdevez revela uma forte aptidão e vocação para a conservação da natureza e da biodiversidade explanada na diversidade de componentes e área territorial abrangida. Em particular a rede Natura 2000 cujas zonas e sítios se inserem no concelho, são parte do *Sítio Peneda-Gerês (PTCON0001)*, do *Sítio Rio-Lima (PTCON0020)*, do *Sítio Corno de Bico* e da *ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002)*, de acordo com os dados da tabela.

Rede Natura 2000	Incidência territorial	
	Área (ha)	Percentagem (%)
<i>Sítio Peneda-Gerês (PTCON0001)</i>	19531.85	43.64
<i>Sítio Rio-Lima (PTCON0020)</i>	1219.51	2.72
<i>Sítio Corno de Bico</i>	497.59	1.11
<i>ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002)</i>	17691.04	39.52

Fonte: Sistema de Informação Geográfica - SPOT

De realçar que a ZPE da Serra do Gerês possui uma grande área de sobreposição com o Sítio da Peneda-Gerês



### 2.5.1.2. Áreas de Interesse Natural, Ambiental, Ecológico e Paisagístico

O PDM de Arcos de Valdevez preconiza a salvaguarda dos espaços naturais deste território privilegiando a sua valorização enquanto património natural nas dimensões ecológica, paisagística e ambiental, apontando para a sua proteção. A conservação das características e das potencialidades destes espaços são claramente observados no RPDM, com claro perfil ecológico.

#### QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL (Capítulo IV)

##### ESPAÇO NATURAL (secção IV)

##### Identificação (Artigo 41.º)

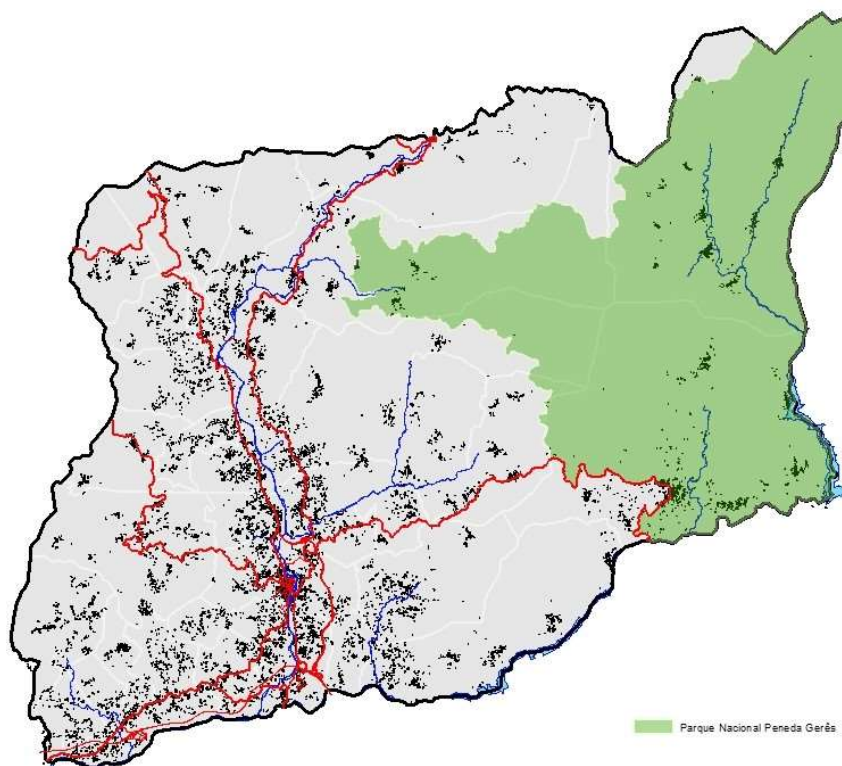
1. Os espaços naturais correspondem aos espaços onde se privilegia a proteção dos recursos naturais e paisagísticos, formando no seu conjunto o património natural mais sensível dos pontos de vista ecológico, paisagístico e ambiental e que requer maiores condicionalismos, na defesa e conservação das suas características e potencialidades.
2. Os espaços naturais abrangem o conjunto das áreas ocupadas por incultos integrados em REN (não abrangidos por Rede Natura 2000), das áreas ocupadas por incultos ou floresta que integram os habitats naturais da Rede Natura 2000 e as Áreas de Ambiente Natural do PNPG.
3. As áreas de ambiente natural do PNPG correspondem à reserva integral da Mata do Ramiscal e da zona central da Serra da Peneda, que devido às suas características mantêm ainda alguns ecossistemas primitivos, nas quais interessa preservar a integridade da paisagem, da fauna e flora autóctones, da água, do solo e do ar, bem como a manutenção da dinâmica e estrutura funcional dos ecossistemas.

### Área Protegida – Parque Nacional da Peneda-Gerês

No domínio da conservação da natureza e biodiversidade, para além das quatro áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, destaca-se uma parte significativa do concelho que integra o Parque Nacional da Peneda Gerês, única área protegida com a chancela de Parque Nacional reconhecido pela IUCN – International Union for Conservation of Nature.

É considerável a parte do território municipal inserido no PNPG, de aproximadamente 14mil hectares. A classificação da área integrada no PNPG, visa a proteção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas, tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

O PNPG, abrange território de 22 freguesias distribuídas pelos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro, constituindo em conjunto com o parque natural espanhol da Baixa Limia - serra do Xurés, desde 1997, o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés e a Reserva da Biosfera da UNESCO com o mesmo nome.



A criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Decreto n.º 187/71, de 8 de maio) visou a realização nessa área montanhosa de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. No fundo, tratou-se de conservar solos, águas, a flora e a fauna, assim como preservar a paisagem deste território de montanha.

O PNPG foi a primeira área protegida criada em Portugal, sendo a única com o estatuto de Parque Nacional, reconhecido internacionalmente com idêntica classificação, desde a sua criação, por parte UICN, devido à



riqueza do seu património natural e cultural, sendo um dos últimos redutos do país onde se encontram ecossistemas no seu estado natural, com reduzida influência humana, integrados numa paisagem humanizada.

O espaço territorial está abrangido em simultâneo pelo o PDM e pelo **Plano de Ordenamento do PNPG - POPNPG**, um Plano Especial de Ordenamento do Território, que por força da legislação atual deverá ser reconduzido a programa especial territorial, prevendo a transposição de disposições vinculativas dos particulares, sobre o planeamento e o ordenamento em sede de PDM.

### **Paisagem Cultural de Sistelo – Monumento Nacional**

Sistelo foi primitivamente uma póvoa medieval, de cujo período resistem elementos como o cruzeiro, do fontanário ou na organização do casario. O elemento de arquitetura mais destacado é mais recente. Trata-se da denominada “Casa do Castelo”, um palácio revivalista de planta retangular, com duas torres com ameias a ladear o frontispício e um jazigo Neogótico. O conjunto, que domina uma paisagem natural de inegável beleza, foi edificado na segunda metade do século XIX.



Os socalcos, a mais notável imagem paisagística da freguesia de Sistelo, surgiram pela necessidade de aumentar a superfície agrícola dado o acentuado declive das encostas. São plataformas mais ou menos planas de solo profundo e fértil, construídas nas vertentes das montanhas, sobrepostas umas às outras em escadaria e suportadas por grandiosos muros de pedra. Toda esta área que é abrangida pelos socalcos e três aglomerados rurais foram recentemente classificados como **Monumento Nacional – Paisagem Cultural**.

Estas estruturas permitiriam o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência de extrema importância para a sobrevivência das comunidades rurais. Associados a estas plataformas, construíram-se canais destinados ao transporte de água dos pontos mais altos das montanhas, poços e cursos de água, para os campos. Estes canais, que em alguns casos se estendem por dezenas de quilómetros, denominam – se de regadios e são fundamentais para a subsistência das culturas nos meses de Verão.



## Arcos de Valdevez – Reserva da Biosfera da UNESCO

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés pretende ser o reconhecimento da necessidade de um esforço comum e coordenado de salvaguarda dos valores de flora, fauna e paisagem que as duas áreas protegidas partilham, promovendo o desenvolvimento económico sustentável, a participação ativa dos agentes sociais do território e uma relação equilibrada entre as populações e a Natureza e é por isso mais uma responsabilidade que recai sobre o município de Arcos de Valdevez.

Esta reserva foi declarada em 27 de maio de 2009, pela UNESCO, e está localizada na Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) e na Região Norte de Portugal. Abrange uma área total de 267.958 hectares, distribuídos por duas áreas protegidas, divididas por uma fronteira, mas unidas pelo contínuo natural e pela cultura e engloba a totalidade do território de Arcos de Valdevez.

### 2.5.2. Estrutura Ecológica Municipal – Solo Urbano

A estrutura ecológica municipal, em solo urbano, trata-se no essencial dos espaços verde e de utilização coletiva existente dentro do perímetro urbano definido pelo Plano de Urbanização da Sede de Concelho de Arcos de Valdevez – PUSCAV. Estes espaços estão predominantemente associados ao rio Vez, onde adquirem forte expressão, não tão somente pela área que têm como pelo aspeto de continuidade, fortalecidos pelas intervenções municipais de requalificação e valorização realizados, assim como pelas propostas em projeto e outras programadas.

São áreas normalmente abrangidas por regimes de servidão e restrição de utilidade pública, às quais o município tem procurado dar tradução em termos de adquirirem um papel mais determinante no fomento da ecologia urbana, isto é dar utilização sustentável destes espaços associado à sua vocação.

Por esta via a qualidade destes espaços nas suas funções ambientais, paisagísticas e biofísicas têm sido salvaguardadas em harmonia com a sua utilização humana delicada, pelas soluções de uso em conforto e comodidade que lhes foram introduzidas, fazendo assim parte do quotidiano da população.

A Estrutura Ecológica Municipal em Solo Urbano, abrange uma área de 317,10ha, com a seguinte incidência territorial de aproximadamente 0,71%



Do regulamento do PUSCAV em matéria de estrutura ecológica municipal em solo urbano, encontra normativo explícito para o *Zonamento* de áreas identificadas com esse potencial, que tanto estão abrangidas por regimes legais da REN como decorreram de opções do planeamento municipal. Destaca-se por isso do regulado:

#### ÁREAS VERDES (Capítulo IV)

##### ÂMBITO E REGIME (Artigo 31.º)

1. *São espaços predominantemente verdes, públicos ou privados, de interesse paisagístico ou ambiental, inseridos no perímetro da sede do concelho.*
2. *As áreas verdes constituem -se em zonas submetidas cumulativamente a regimes específicos que condicionam as ações de uso e a transformação, em face do seu interesse paisagístico ou funcional.*
3. *Foram estabelecidas em planta as seguintes categorias de áreas verdes: Zona verde de interesse paisagístico; Zona verde com equipamentos.*

#### ZONAS VERDES DE INTERESSE PAISAGÍSTICO (Secção I)

##### CARACTERIZAÇÃO (Artigo 32º)

*Estas áreas correspondem a zonas verdes de reconhecido valor paisagístico e de enquadramento ambiental, que deverão ser alvo de medidas protetoras no sentido da preservação ambiental e de integração em eventuais ações de valorização com equipamentos compatíveis de interesse municipal.*

(...)

#### ZONAS VERDES COM EQUIPAMENTOS (Secção II)

##### CARACTERIZAÇÃO (Artigo 34º)

1. *Estas áreas correspondem a zonas verdes onde estão previstos equipamentos específicos, nomeadamente ao nível das atividades desportivas do recreio, do lazer, bem como a instalação empreendimentos turísticos.*
2. *Incluem -se as seguintes zonas:*
  - *Área afeta ao futuro complexo desportivo municipal;*
  - *A área sujeita ao Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha do Rio Vez;*
  - *Áreas afetadas a outros equipamentos de recreio e campismo.*

(...)

### 2.5.3. Recursos Naturais

Os recursos naturais do território têm sido observados predominantemente na ótica da sua preservação mais do que da sua exploração. É no âmbito dos recursos hídricos onde a sua exploração se tem verificado com evidência, essencialmente associado à exploração hidroelétrica do rio Lima, na fronteira com o município de Ponte da Barca e nomeadamente com as barragens em Soajo/ Alto-Lindoso e em S. Jorge /Touvedo.



Para estas duas albufeiras o seu aproveitamento cinge-se restritamente ao energético e ao aproveitamento enquanto espaço de observação cénica (paisagem), até pela incidência nestas duas partes do território do **Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e Alto-Lindoso - POATAL**, cuja programação é limitante do desenvolvimento local e regional.

Tornar-se-á importante equacionar sob perspetiva de desenvolvimento sustentável, a reformulação da disciplina de planeamento e de ordenamento territorial, para estas duas albufeiras em termos da transposição para o PDM e da feitura do programa especial de ordenamento do território específico, evidenciando as potencialidades que poderão tornar-se fatores de desenvolvimento local e regional duradouro e sustentado.

O vento é um outro aproveitamento de recurso natural que existe no município e que poderá ser potenciado. Atualmente em funcionamento está o Parque Eólico das Alagoas de Cima instalado em área que abrange as uniões de freguesias de Portela e Extremo, e de Alvora e Loureda, com nove torres de aerogeradores e no Parque Eólico em Bouça dos Homens (Gavieira) com duas torres. O PDM prevê ainda zonas para a instalação de mais seis parques eólicos nomeadamente no Cotão (Padroso e U.F. de Portela e Extremo), Penedo do Lobo (U.F. de Portela e Extremo), Monte de Barreiros (Padroso e U.F. de Eiras e Mei), Corno do Bico (Rio Frio e Miranda), Gião (Cabana Maior, Soajo, Vale e U.F. de São Jorge e Ermelo) e Peneda (Sistelo de Cabreiro).





## 2.6. INFRAESTRUTURAS

### 2.6.1. *Abastecimento e Distribuição de Água para Consumo*

O Município tem revelado uma evolução positiva do serviço de abastecimento e distribuição de água para consumo humano em diversos aspetos, nomeadamente, ao nível da acessibilidade física ao serviço e ao nível da qualidade da água distribuída. O sistema de abastecimento de água “em baixa” é constituído atualmente por 24 zonas de abastecimento autónomas, com 36 origens próprias geridas pelo Município e uma zona de abastecimento servida pelo sistema “em alta” de S. Jorge (gerido pelas Águas do Norte, SA) – Subsistema do Setor Norte e Vila, que tem como origem comum a captação: Arcos de Valdevez - S Jorge - Touvedo.

A acessibilidade física do serviço ronda os 91% da população do concelho (cerca de 20.791 habitantes). O Município tem um total de 9.658 clientes domésticos (ano 2018), não obstante o número de alojamentos servidos por esta infraestrutura é bastante superior, totalizando cerca de 15.624.

Esta taxa de cobertura é resultado da gestão municipal deste sistema público de abastecimento de água, pretendendo-se que evolua no sentido da sustentabilidade a todos os níveis, incluindo a sua dimensão ambiental, social e económica.



Relativamente à ocorrência de falhas no abastecimento, o Município evidencia uma boa qualidade de serviço, pois não ocorreram fornecimentos intermitentes sistemáticos, bem como interrupções do abastecimento aos utilizadores, com duração superior a 6 horas, causadas por roturas ou falhas no sistema de abastecimento, nem por interrupções planeadas.

O Município tem revelado uma evolução muito positiva, quer ao nível da qualidade da água distribuída, quer ao nível da realização do número de análises obrigatórias para o seu controlo. Com efeito, os últimos dados reportados à ERSAR evidenciam uma clara melhoria no controlo da qualidade da água, resultado de um investimento adicional em ações e melhorias que permitiram obter bons resultados.

A partir dos dados de 2018, relativos ao controlo da qualidade da água para consumo humano, e considerando as regras introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, o indicador “Água Segura” – ÁGUA CONTROLADA E DE EXCELENTE QUALIDADE – é de 99%. O indicador água segura com este resultado confirma a excelente qualidade da água para consumo humano em Arcos de Valdevez, colocando-o ao nível dos locais mais desenvolvidos da Europa Ocidental.

### 2.6.2. Drenagem de Águas Residuais Domésticas

O modelo de gestão em vigor proporciona a obtenção resultados muito positivos para a sustentabilidade ambiental, económica e financeira do setor neste território. Atualmente, a rede de saneamento de águas residuais é gerida “em baixa”, pelos serviços próprios do Município (até 31 de dezembro de 2019). A Águas do Norte, S.A., é a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas sépticas das freguesias da área urbana.

No tratamento de águas residuais o tratamento em “Alta” é centralizado na ETAR de Arcos de Valdevez que é gerida pela empresa Águas do Norte e abrange a área urbana da vila e algumas freguesias a norte do concelho. Tal como acontece no abastecimento de água, a “Baixa” é da responsabilidade do Município (até 31 de dezembro de 2019). que tem ainda sistemas de tratamento autónomos em áreas com recolha de águas residuais não abrangidas pela ETAR. O sistema municipal de saneamento do Concelho é constituído assim por seis subsistemas, que servem cerca 7.082 alojamentos, 41% da população do concelho (aproximadamente 9.373 habitantes) e possui cerca de 85 Km de coletores.

O Município tem um total de 4.666 clientes domésticos, tendo sido tratados cerca de 470.000m<sup>3</sup>/ano. Todos os alojamentos localizados na área de intervenção desta Entidade Gestora, com serviço de drenagem disponível e que se encontram ligados à rede de saneamento de águas residuais possuem tratamento adequado, o que evidencia uma qualidade de serviço “boa” em termos de eficiência da prevenção da poluição. O principal subsistema, que drena para a ETAR e gerida pelas Águas do Norte, serve cerca de 35% da população. Este sistema possui a sua área de influência na zona urbana do concelho, servindo 10 freguesias (Aguiã, Arcos Salvador, Arcos S. Paio, Giela, Guilhadeses, Paçô, Parada, Prozelo, Tabaçô e Vila Fonche).



Os restantes subsistemas são autónomos, situando-se nas freguesias de Gavieira e Soajo, nomeadamente a ETAR de Bairros – Soajo, ETAR da Várzea – Soajo, ETAR da Peneda – Gavieira, bem como noutras localidades específicas como a ETAR do Parque Empresarial de Padreiro, ETAR do Centro Escolar de Sabadim e ETAR de Monte Aval – Távora Sta. Maria.

### ***2.6.3. Drenagem de Águas Residuais Industriais***

A drenagem e o tratamento de águas residuais industriais, considerando a particularidade do efluente gerado por cada tipo de atividade produtiva instalada, é por via de regulamentação municipal obrigatoriamente da responsabilidade da entidade emissora (empresa). No essencial é por recurso a instalações e equipamentos próprios que a unidade industrial instalada procede à drenagem e tratamento do efluente líquido até ao seu escoamento para destino final.

### ***2.6.4. Drenagem de Águas Residuais Pluviais***

A rede e estruturas de drenagem de águas residuais pluviais tem cobertura, com soluções convencionais de drenagem e escoamento, no essencial confinando-se a espaços dentro do perímetro urbano, com especial destaque da intervenção encetada no centro com a requalificação destas infraestruturas, aquando das obras de urbanização que foram sendo feitas no âmbito das várias intervenções públicas e privadas.

Para além destes espaços urbanos, a drenagem de águas pluviais existe em diversos sítios normalmente associados a troços da rede rodoviária, para conveniente resolução de problemas associados a este fenómeno, também em arranjos urbanísticos realizados em sítios de importância nas freguesias, como largos de igrejas, ampliações e espaços adjacentes de cemitérios, entre outras intervenções que se foram proliferando nos lugares povoados do território.

### ***2.6.5. Rede de Abastecimento e Distribuição de Gás***

A rede de gás natural em Arcos de Valdevez, está garantida em termos de abastecimento, distribuição e manutenção, nos termos do protocolo estabelecido entre o município e empresa privada, sendo que a construção e ampliação da rede está igualmente prevista no mesmo.

A rede opera a partir de uma Unidade Autónoma de Gás, instalada no Parque Empresarial de Paçô, onde é feito o abastecimento e armazenamento do gás, e da qual arranca a rede de distribuição. A rede existente atende a área integrada no perímetro urbano definido pelo PU, estendendo-se até aos aglomerados urbanos envolventes mais importantes assim como até aos parques empresariais de Paçô e de Mogueiras.

### ***2.6.6. Rede de Telecomunicações***

A rede de telecomunicações teve na rede definida à data pela Portugal Telecom a sua infraestrutura principal de suporte às operações de telecomunicações. Com a entrada da Valicom a operar em termos da construção e gestão destas infraestruturas verificou-se um avanço em termos da instalação da rede de fibra ótica e da sua

contínua expansão. Atualmente é por via das empresas operadoras de telecomunicações as quais detêm concessões territoriais que a rede de fibra ótica é instalada, mantida, explorada e impulsionada.

Acresce o protocolo recentemente celebrado entre o Município e a Altice Portugal, que se comprometeu a assegurar a cobertura de 75% do território municipal, com fibra ótica – FTTH.

### 2.6.7. Rede de Deposição e Recolha Seletiva de RSU

A área geográfica de Arcos de Valdevez integra o sistema multimunicipal concessionado à empresa RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., responsável pela Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado. O Município de Arcos de Valdevez, enquanto entidade gestora responsável pelo sistema de gestão “em baixa”, assegura a cobertura do serviço de gestão de resíduos urbanos na área do seu território.

No Município de Arcos de Valdevez, a produção média anual (2018) foi de 7.600 Ton/ano, correspondendo a uma captação diária de 1,0kg/hab/dia. Os resíduos de embalagem recolhidos seletivamente foram 711 toneladas no ano 2018 e o volume da atividade para a reciclagem foi de 711 ton/ano.

A área de atuação dispõe de dois sistemas de deposição preferenciais: *contentores de superfície* e *contentores subterrâneos*. A dispersão destes equipamentos pelo território é segundo diferentes tipologias, pois há casos em que somente está colocado um contentor de superfície para recolha indiferenciada e outras situações de combinação de equipamentos que permitem a recolha de RSU de forma seletiva, formando ECOPONTOS. Do equipamento instalado e da respetiva combinação existem atualmente 147 ecopontos e 1 ecocentro.

A acessibilidade ao serviço é de cerca de 38%, e o número de alojamentos serviços é de aproximadamente 6.619.

Em termos de recolha indiferenciada a distribuição e capacidade instalada no território municipal é a seguinte:

Contentor (litro)	Contentor (un)	Capacidade Total (m3)	Instalação de Contentor
800	722	578	Superfície
5000	68	340.00	Subterrâneo
3000	23	69.00	Subterrâneo
1300	8	10.40	Subterrâneo

Para além da recolha de RSU o município instalou adicionalmente 55 contentores de óleos alimentares usados, tendo no ano de 2017 sido recolhidos 1.3 toneladas. Disponibiliza ainda um serviço gratuito de recolha de objetos volumosos «monstros». Existe no município um ECOCENTRO e uma Estação de Transferência de RSU instalados na freguesia de Paçô.



No que respeita à política de gestão de resíduos, o Município tem realizado esforços, em parceria com a RESULIMA, no sentido de promover a redução da produção de resíduos bem como incentivar a adesão dos munícipes aos sistemas de deposição seletiva e reciclagem, sendo que o investimento na melhoria e expansão da rede de ECOPONTOS está sistematicamente em processo de renovação e melhoria quer ao nível da reconversão de condições de instalação dos equipamentos existentes, assim como da alteração de equipamentos isolados de recolha indiferenciada para recolha seletiva. Os equipamentos atuais e as condições de colocação de equipamento preexistente têm sido melhorados.



## 2.7. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Arcos de Valdevez encontra-se hoje num estado de acessibilidade e mobilidade favorável pois, a todos os níveis o esforço de a aumentar e melhorar, quer seja de movimentos intermunicipais quer sejam inframunicipais, foi considerável, tendo melhorado o nível de atendimento necessário a oferecer às pessoas e empresas que utilizam este território.

A reconfiguração da rede rodoviária nacional, por forte impulso e vontade municipal de implementação do Plano Rodoviário Nacional, principalmente para quem entra/sai pela zona a sul da sede de concelho foi de



grande envergadura e impacte. A construção do IC28 que liga a vila de Arcos de Valdevez ao nó com a A3 e A27, e a construção da ‘variante’ da EN101 desviando-a de toda a área definida pelo perímetro urbano do PU, permitiram no essencial dois ganhos consideráveis:

- Melhorar significativamente a mobilidade e a acessibilidade do concelho aos importantes eixos rodoviários e logo aos principais centros urbanos regionais;
- Permitiram ‘libertar’ os troços urbanos da EN101 e EN202, desclassificando-os da rede rodoviária nacional, passando assim a integrar a rede rodoviária municipal.



A reconfiguração da rede nacional nos troços que atravessavam a vila e na envolvente dela, trouxe um nível de atendimento e de serviço muito importante, por um lado pela diminuição do tráfego na vila e por outro, disponibilizando esses troços à rede municipal para que aos poucos o município os venha intervencionado, no sentido de os reconverter e requalificar em troços viários com perfil de rua.

A este esforço foi acompanhado a norte da sede de concelho a repavimentação da EN101 e de um troço da ex-EN202 ambas com melhoria da sinalização rodoviária, entre outras ações complementares, visando sempre a melhoria das condições normais de segurança e comodidade.

Acresce, a empreitada recentemente lançada pelo município com vista à requalificação do troço urbano desde a rotunda dos bombeiros à rotunda da EN101 em proselo.

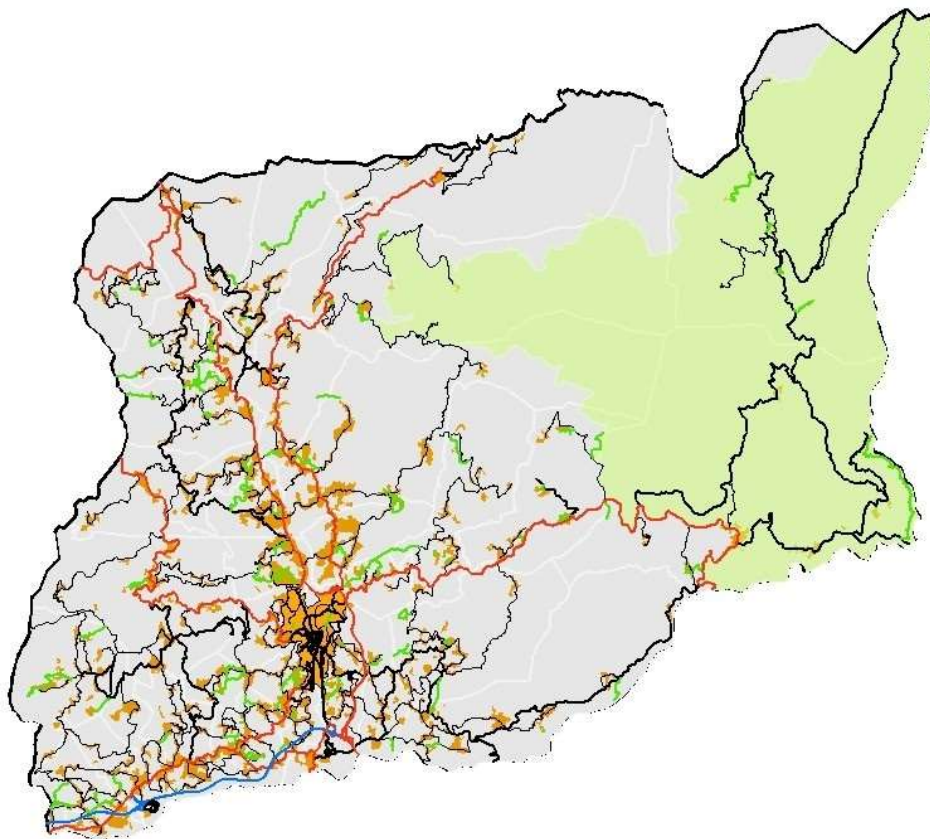
Em sentido contrário, nomeadamente, a entrada sul, desde a rotunda que invoca o padre Himalaia até ao lugar da prova, freguesia de Paçô, encontra-se em fase de projeto a requalificação urbano deste troço viário. Complementarmente, a nascente da sede do concelho, também o troço viário aí existente encontra-se em fase de projeto com vista à sua requalificação urbana.

O esforço da melhoria e adaptação às recentes solicitações legais e ao que é cada vez mais imperativo responder face à exigência da sociedade em termos de acessibilidade e mobilidade para todos, o município tem a todos os níveis, com foco na rede rodoviária municipal, intervencionado o espaço público, adotando as melhores soluções urbanas e arquitetónicas, para ir de encontro ao propósito enunciado.

Para além das obras efetuadas na rede rodoviária municipal, destacam-se as constantes requalificações urbanas em várias artérias da vila, assegurando uma adequada mobilidade e acessibilidade ao centro histórico e espaços complementares, entre outros, a bolsas de estacionamento de apoio e equipamentos de utilização coletiva.

O território municipal tem sido intervencionado pelo Município ao longo destes últimos anos, tendo como principal propósito melhorar a relação entre lugares com débil acessibilidade e a rede rodoviária municipal existente. Estas intervenções incidem naturalmente na melhoria ou na reconversão de estradas e caminhos municipais.

Perante os aspetos evidenciados, a situação do concelho em termos da rede rodoviária, considerando a reclassificação desde a situação que se verificava à data da entrada em vigor do PDM em 2007, e atendendo às intervenções supervenientes verificadas é a que se observa nesta figura.



Para dar continuidade ao enunciado anteriormente, quer ao nível de projetos urbanos realizados e que se traduziram em obras, quer ao nível de estudos elaborados, o Município tem pautado a sua atuação com preocupação e mobilização de meios complementares para dar tradução à intenção inequívoca de reconverter e requalificar continuamente a acessibilidade e mobilidade no concelho. Destaca-se a ligação, a Espanha, via “Fronteira da Madalena/Ourense” e a reabilitação da generalidade de rede viária municipal, a qual, se estenda ao longo de 600km.

A elaboração de planos, programas e projetos para a circulação, mobilidade e acessibilidade para todos são exemplo do empenho municipal a este nível. Torna-se por isso oportuno referir que o estado de situação diagnosticada e as propostas de intervenção estão convenientemente sinalizadas, com a profundidade e abrangência adequadas aos objetivos dos estudos, os quais poderão servir por isso como documentos de observância para os processos de PMOT que se venham a dinamizar.

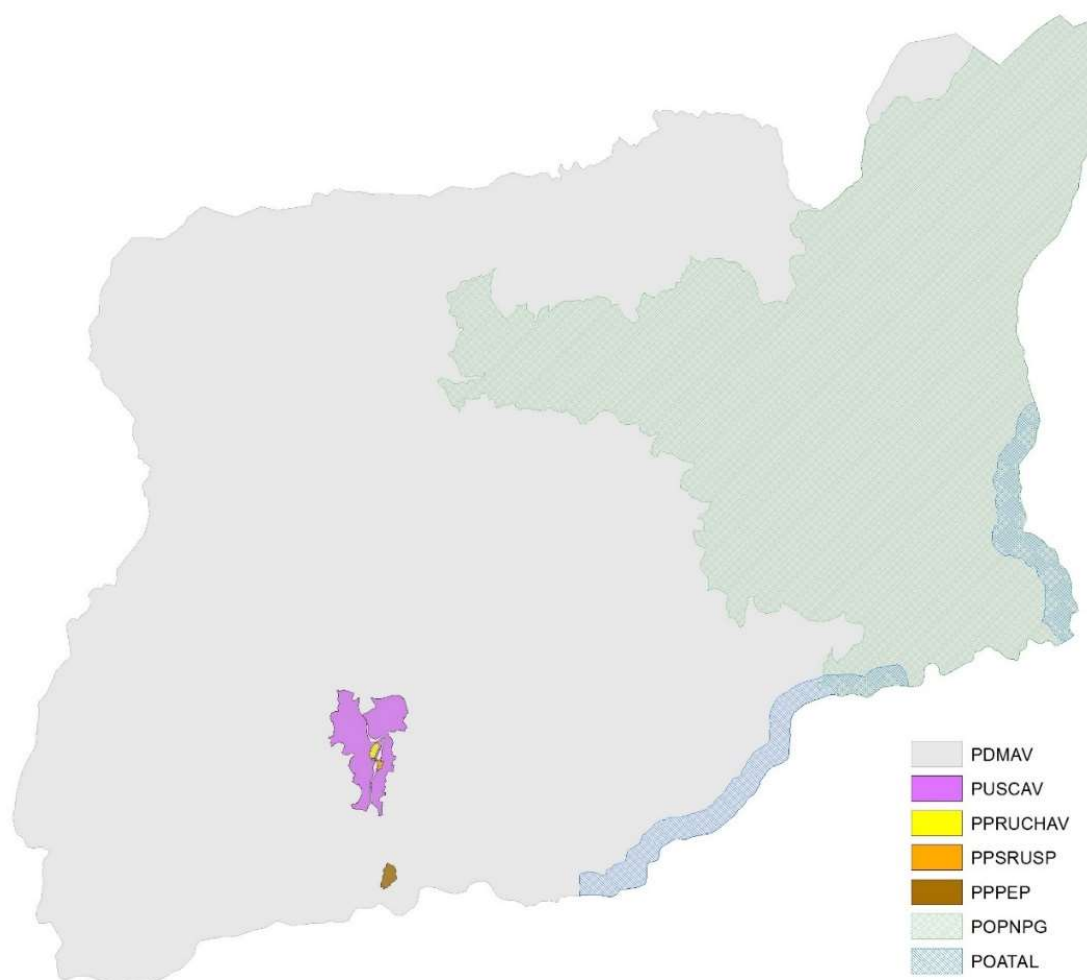


### 3.0. Administração do Território

#### 3.1. PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O ordenamento do território no concelho abrange vários níveis de planeamento englobando instrumentos e outros estudos que permitem definir com clareza o desenvolvimento territorial pretendido e assumido pelas tutelas respetivas. Na persecução do objetivo essencial de desenvolvimento local e regional, os órgãos administrativos e as entidades que têm competências na gestão territorial, assumiram que o planeamento é uma prioridade, tendo para o efeito promovido a elaboração de diferentes planos, programas e projetos, envolvendo diferentes âmbitos da administração e objetivando diferentes sectores e escalas.

Os IGT que incidem no concelho de Arcos de Valdevez distribuem-se pelo seu território de acordo com o seguinte mapa, de onde se destaca a sobreposição dos PEOT (POPNPG e POATAL) com o PDM:



### 3.1.1. Instrumentos de gestão territorial – Eficazes

#### 3.1.1.1. Plano Diretor Municipal

<b>Denominação</b>	<b>Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez (1.ª revisão)</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território – PMOT
<b>Incidência territorial</b>	Abrange toda a área geográfica do concelho de Arcos de Valdevez, com exceção das áreas abrangidas por outros PMOT eficazes, onde para essas áreas circunscreve identificando os respetivos PMOT.
<b>Eficácia</b>	AVISO n.º 24235/2007, de 08 de novembro de 2007, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 237 de 10 de dezembro de 2007
<b>Sumário</b>	Este plano, aqui designado por PDMv2007, decorre da 1.ª revisão ao PDMv1995, representando por isso a 2.ª geração deste nível de IGT. À data dos trabalhos da sua elaboração decorria alteração legislativa significativa que fez com que este plano adquirisse um teor ‘híbrido’ face ao que se perspetivava que viriam a ser os PDM a iniciar trabalhos de revisão posteriormente a este.
<b>Dinâmica</b>	<p>O PDMv2007, foi no decurso do tempo sendo sujeito a alterações, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Alteração 01</u>: Alteração publicada em Aviso n.º 8646/2015 de 22 de julho de 2015, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 153 de 07 de agosto de 2015, consistindo na expansão da Área Empresarial das Mogueiras.</li><li>• <u>Alteração 02</u>: RERAE</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PDMv2007 relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificada assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano de Urbanização da Sede de Concelho</u> (PMOT) – na área abrangida por este as propostas nele preconizadas são as que vigoram, entre outros, nomeadamente como instrumento de observação para o licenciamento de operações urbanísticas, prevalecendo a sua disciplina, ou a dos loteamentos integrados na sua área de intervenção;</li><li>• <u>Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Paçô</u> (PMOT) – na área abrangida por este as propostas nele preconizadas são as que vigoram, entre outros, nomeadamente como instrumento de observação para o licenciamento de operações urbanísticas, prevalecendo a sua disciplina, ou a dos loteamentos integrados na sua área de intervenção;</li><li>• <u>Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês</u> (PEOT) – Com a revisão a este plano ficou definido que para os pedidos de licenciamento urbano em áreas em solo urbano, a emissão de parecer técnico municipal não carece de consulta da entidade que tutela o POPNPG. Em matéria de natureza estratégica e de desenvolvimento de outras áreas de solo rural a coordenação é naturalmente exigida;</li><li>• <u>Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e Alto-Lindoso</u> – Neste plano, a situação é análoga à anterior em termos de licenciamento de operações urbanísticas, sendo em matéria de desenvolvimento territorial da área de intervenção do plano onde as suas propostas procuram ser traduzidas fisicamente pelo município, dando assim concretização às propostas preconizadas no POATAL.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território da Divisão do Desenvolvimento Económico e Urbanismo</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT.

### 3.1.1.2. Plano de Urbanização da Sede de Concelho

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Urbanização da Sede de Concelho de Arcos de Valdevez</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território - PMOT
<b>Incidência territorial</b>	Abrange a área geográfica da vila de Arcos de Valdevez e toda a sua periferia, nomeadamente as áreas envolventes para onde se faz sentir maior pressão urbanística, com exceção das áreas abrangidas por Planos de Pormenor eficazes, onde para essas áreas circunscreve identificando os respetivos PMOT.
<b>Eficácia</b>	Ratificado por Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2003, publicada no Diário da República, 2.ª série nº 245, de 22 de outubro de 2003.
<b>Sumário</b>	Este plano, aqui designado por PUSCAV definiu o perímetro urbano da sede de concelho, e para a área abrangida propôs no essencial o preceituado no regime jurídico, ou seja, o zonamento privilegiando a organização das áreas urbana e urbanizável, dos espaços verdes, das vias estruturantes, da localização de equipamentos de utilização coletiva, e entre outros a identificação das áreas abrangidas por outros PMOT ou intenções de intervenção programada;
<b>Dinâmica</b>	<p>O PUSCAV, foi no decurso do tempo sendo sujeito a alterações, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Alteração 01</u>: Retificação do PUSCAV publicada em Aviso n.º 25183/2007 de 23 de novembro de 2007, no Diário da República, 2.ª série, N.º 244, de 19 de dezembro de 2007;</li><li>• <u>Alteração 02</u>: Alteração publicada em Aviso n.º 15943/2016 de 28 de novembro de 2016, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2016.</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PUSCAV relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificada assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano Diretor Municipal (PMOT)</u> – na área abrangida pelo PU, prevalece a sua disciplina, sendo que no licenciamento de operações urbanísticas o recurso ao PDM só se verifica em caso de alguma resposta procurada perante pretensão muito específica, que por omissão ou necessidade de complementaridade se consultem os elementos fundamentais deste, para aí se encontrarem as respostas adequadas;</li><li>• <u>Plano de Pormenor de Renovação Urbana do Centro Histórico de Arcos de Valdevez (PMOT)</u> – na área abrangida por este as propostas nele preconizadas são as que vigoram, entre outros, nomeadamente como instrumento de observação para o licenciamento de operações urbanísticas, prevalecendo a sua disciplina, ou a dos loteamentos integrados na sua área de intervenção;</li><li>• <u>Plano de Pormenor de Salvaguarda e Renovação Urbana de São Paio (PMOT)</u> – na área abrangida por este as propostas nele preconizadas são as que vigoram, entre outros, nomeadamente como instrumento de observação para o licenciamento de operações urbanísticas, prevalecendo a sua disciplina, ou a dos loteamentos integrados na sua área de intervenção;</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território da Divisão do Desenvolvimento Económico e Urbanismo</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT.

### 3.1.1.3. Plano de Pormenor de Valverde e Pedrosas

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Pormenor de Valverde e Pedrosas</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território - PMOT
<b>Incidência territorial</b>	O espaço habitacional de Valverde e Pedrosas, surgiu dentro de uma estratégia de desenvolvimento urbano para município de maneira a disponibilizar um espaço urbano devidamente infraestruturado incluindo parcelas de terrenos com possibilidade construtiva segundo um modelo de baixa densidade, e localizado na envolvente à vila. Assim legitimou-se e impulsionou-se a concretização de uma política de expansão urbana equilibrada que perspetivou o reforço da coesão e centralidade da sede de concelho, disponibilizando áreas de terreno apto para construção e infraestruturação consentânea com um modelo de ordenamento que privilegia a otimização do uso do território.
<b>Eficácia</b>	Declaração da DGOTDU de 27 de setembro de 1996, publicada no Diário da República, II Série-B, n.º 247, de 24 de outubro de 1996.
<b>Sumário</b>	A área de intervenção do PP localiza-se na zona sul da sede de concelho, com proximidade a vias de comunicação estruturantes, a equipamentos de utilização coletiva, e contigua à margem direita do rio Vez. Esta área, devido à iniciativa privada, encontra-se a passar por considerável processo de transformação e reconversão urbana, quer seja pela execução de propostas de edificação na área do PP, quer pela concretização física de operações urbanísticas de loteamento na envolvente próxima. Esta dinâmica, está assim, devidamente enquadrada por instrumentos de planeamento eficazes, nomeadamente, o Plano de Pormenor de Valverde e de Pedrosas, e na envolvente pelo Plano de Urbanização da Sede de Concelho e as operações de loteamento urbano que o vão concretizando.
<b>Dinâmica</b>	<p>O PPPEP, foi no decurso do tempo sujeito à seguinte dinâmica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração 01: Declaração DGOTDU de 04 de julho de 1989 publicada no Diário da República n.º 169, II Série, de 25 de julho de 1989;</li><li>• Alteração 01: Declaração da DGOTDU de 29 de julho de 1992, publicada no Diário da República, II Série, n.º 230 de 06 de outubro de 1992;</li><li>• Revisão 01: Declaração da DGOTDU de 27 de setembro de 1996, publicada no Diário da República, II Série-B, n.º 247, de 24 de outubro de 1996;</li><li>• Alteração por Adaptação 01: Deliberação Municipal de 23 de novembro de 2007, publicada em Aviso nº 25184/2007, no Diário da República, 2.ª Série – nº 244 de 19 de dezembro de 2007.</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PPPEP relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificadamente assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano de Urbanização da Sede de Concelho (PMOT)</u> – o PUSCAV identifica o limite de intervenção do PP, pelo que é por este afirmada a prevalência da disciplina do PP, quer em termos da configuração para o desenvolvimento urbano desta parte do território, quer em termos do regime para as operações urbanísticas que no PP se inserem. No licenciamento de operações urbanísticas o recurso ao PU só se verifica em caso de alguma resposta procurada perante pretensão muito específica, e que por omissão ou necessidade de complementaridade se consultem os elementos fundamentais deste outro plano para aí se encontrarem as respostas adequadas. Contudo a área de intervenção do PP está executada em grande parte por operações de loteamento urbano, pelo que se tornam estes em primeira instância os instrumentos ao licenciamento urbano.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT

### 3.1.1.4. Plano de Pormenor de Renovação do Centro Histórico

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Pormenor de Renovação Urbana do Centro Histórico de Arcos de Valdevez</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território - PMOT
<b>Incidência territorial</b>	Abrange a área urbana da parte considerada como parte do centro histórico da vila de Arcos de Valdevez, na margem direita do rio Vez, onde a morfologia da malha e do tecido urbano evidenciam claramente uma estruturação antiga, com ruas predominantemente estreitas ladeadas de edifícios de arquitetura notável, e praças normalmente associadas a imóveis de arquitetura de exceção, classificados ou em vias de classificação como imóveis de interesse.
<b>Eficácia</b>	Ratificado em Portaria nº 973/97 assinada em 01 de agosto de 1997, publicada no Diário da República, I série-B, nº 215, de 17 de setembro de 1997.
<b>Sumário</b>	Este plano deu tradução legal e regulamentar determinando o regime de intervenção a determinada área urbana delimitada pelo <i>Plano Integrado de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Arcos de Valdevez</i> (PIRRCHAV), focado na eficaz proteção e salvaguarda do património cultural construído. Tornado eficaz previamente ao PDM e ao PU, carecendo de aspetos complementares necessários à sua melhor aplicação e implementação, teve o mérito de iniciar o processo de planeamento urbano para a vila, sendo hoje naturalmente parte dele;
<b>Dinâmica</b>	O PPRUCHAV, nunca foi sujeito a qualquer procedimento de revisão ou alteração.
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PPRUCHAV relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificada assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano de Urbanização da Sede de Concelho de Arcos de Valdevez (PMOT)</u> – o perímetro do PU integra o PPRUCHAV, identificando o seu limite de intervenção, pelo que é por este afirmada a prevalência da disciplina do PP, quer em termos de proteção, salvaguarda e desenvolvimento do centro histórico de Arcos de Valdevez quer em termos do regime para as operações urbanísticas. No licenciamento de operações urbanísticas o recurso ao PU e/ou PDM só se verifica em caso de alguma resposta procurada perante pretensão muito específica, e que por omissão ou necessidade de complementaridade se consultem os elementos fundamentais destes outros planos para aí se encontrarem as respostas adequadas.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território da Divisão do Desenvolvimento Económico e Urbanismo</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT.

### 3.1.1.5. Plano de Pormenor de Salvaguarda e Renovação Urbana de São Paio

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Pormenor de Salvaguarda e Renovação Urbana de São Paio</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território - PMOT
<b>Incidência territorial</b>	Abrange uma área considerada como parte do centro histórico da vila de Arcos de Valdevez, localizada na margem esquerda do rio Vez, onde a morfologia da malha e do tecido urbano evidenciam claramente uma estruturação antiga, com ruas predominantemente estreitas ladeadas de edifícios de arquitetura notável, e largos normalmente associadas a imóveis de arquitetura de exceção, classificados ou em vias de classificação como imóveis de interesse.
<b>Eficácia</b>	Declaração nº 219/99 (2.ª Série), de 29 de junho de 1999, publicada no Diário da República, 2.ª série nº 170, de 23 de julho de 1999.
<b>Sumário</b>	Este plano estabeleceu como objetivo funcionar como elemento integrador e indutor de projetos urbanos e arquitetónicos a serem desenvolvidos na sua área de intervenção, estabelecendo as regras para a ocupação, uso e transformação dos espaços, salvaguardando e reabilitando o edificado existente de acordo com o seu estado e valor arquitetónico, disciplinando e hierarquizando o uso e as intervenções de acordo com a sua função e significado. A sua instrução e implementação deu reforço e maturidade para o processo de planeamento urbano para a vila, sendo hoje naturalmente parte dele.
<b>Dinâmica</b>	<p>O PPSRUSP, foi no decurso do tempo sujeito à seguinte alteração:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Alteração 01</u>: Deliberação municipal de 03 de maio de 2016, publicada em Aviso n.º 7791/2016, no Diário da República, 2.ª série, N.º 118, de 22 de junho de 2016;</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PPSRUSP relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificada assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano de Urbanização da Sede de Concelho de Arcos de Valdevez (PMOT)</u> – o perímetro do PU integra o PPSRUSP, identificando o seu limite de intervenção, pelo que é por este afirmada a prevalência da disciplina do PP, quer em termos de proteção, salvaguarda e desenvolvimento do centro histórico de Arcos de Valdevez quer em termos do regime para as operações urbanísticas. No licenciamento de operações urbanísticas o recurso ao PU e/ou PDM só se verifica em caso de alguma resposta procurada perante pretensão muito específica, e que por omissão ou necessidade de complementaridade se consultem os elementos fundamentais destes outros planos para aí se encontrarem as respostas adequadas.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT.



### 3.1.1.6. Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Paçô

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Paçô – 3.ª Revisão</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território - PMOT
<b>Incidência territorial</b>	O Parque Empresarial de Paçô, surgiu como tradução à intenção do município infraestruturar convenientemente determinada área territorial, localizada entre as sedes de município de Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca, em localização onde se preconizava a articulação de rodovias de considerável impacte, o que se veio a verificar, de maneira a dotar a zona das condições adequadas à captação e acolhimento de iniciativas empresariais.
<b>Eficácia</b>	3.ª REVISÃO – Deliberação municipal de 28 de abril de 2015, publicada em Aviso n.º 5798/2015, no Diário da República, 2.ª série, n.º 102 de 27 de maio de 2015.
<b>Sumário</b>	De modo a materializar o início de uma estratégia de desenvolvimento económico para município, associada à criação de condições para o acolhimento e captação de investimento, com efeitos na criação de emprego e riqueza, foi sendo estruturado segundo instrumentos de planeamento, ordenamento e urbanismo o Parque Empresarial de Paçô. O processo de elaboração e desenvolvimento incidiu sobre estudos prévios que foram sendo analisados e aprovados pela Câmara Municipal, os quais deram origem ao PP que foi sendo executado através de operações de loteamento urbano.
<b>Dinâmica</b>	<p>A dinâmica entretanto verificada no PPPEP decorreu de propostas de expansão do parque e de ajustamentos técnicos na estrutura urbana. foi no decurso do tempo sujeito à seguinte dinâmica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração 01: Ratificado por Despacho de 02 de janeiro de 1992, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 07 de abril de 1992;</li><li>• 1.ª Revisão: Ratificado pela Portaria n.º 495/97, publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 163, de 1997/07/17;</li><li>• 2.ª Revisão: Declaração n.º 292/99 (2.ª série), publicada no Diário da República, II Série-B, n.º 215, de 1999/09/14;</li><li>• 3.ª revisão: Aviso n.º 5798/2015, (2.ª série), publicada no Diário da República, n.º 102, de 2015/05/27 – Alterou e Revogou o anterior PP.</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O PPPEP relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificadamente assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano Diretor Municipal (PMOT)</u> – o PDM identifica o limite de intervenção do PP, pelo que é por este afirmada a prevalência da disciplina do PP, quer em termos de estratégia para o desenvolvimento económico e social do território (por via do emprego), quer em termos do regime para as operações urbanísticas. No licenciamento de operações urbanísticas o recurso ao PDM só se verifica em caso de alguma resposta procurada perante pretensão muito específica, e que por omissão ou necessidade de complementaridade se consultem os elementos fundamentais deste outro plano para aí se encontrarem as respostas adequadas. Contudo a área de intervenção do PP está executada por operações de loteamento urbano, pelo que se tornam estes em primeira instância os instrumentos ao licenciamento urbano.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão disponíveis no <i>Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território</i> do Município de Arcos de Valdevez e publicitados online, em plataforma SIG e na DGT

### 3.1.1.7. Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e Alto Lindoso

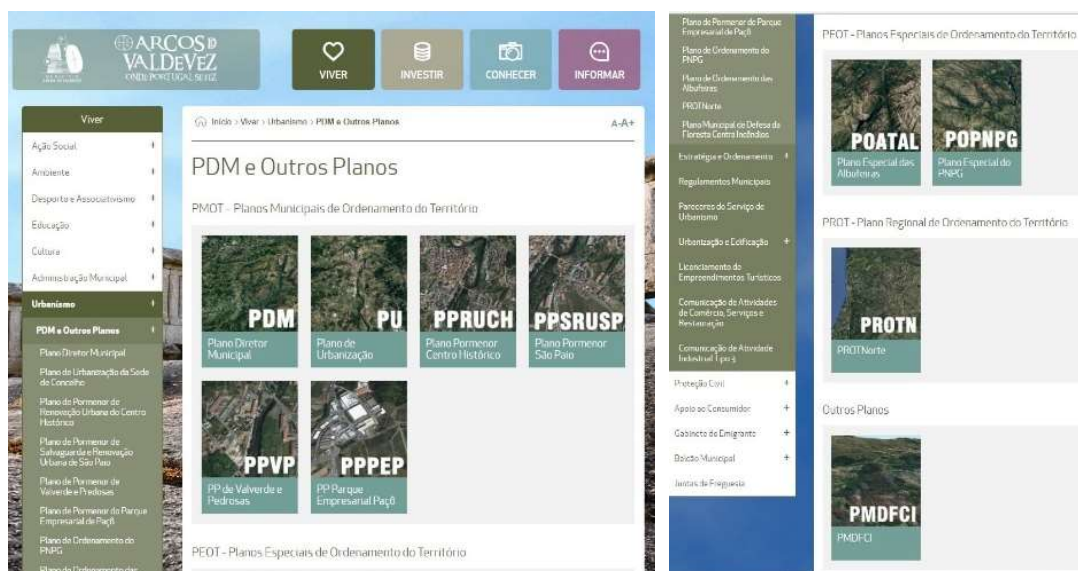
<b>Denominação</b>	<b>Plano de Ordenamento da Albufeiras de Touvedo e Alto Lindoso</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território - PEOT
<b>Incidência territorial</b>	Decorrente da existência das albufeiras proporcionadas pela construção das barragens do Alto Lindoso e de Touvedo, no vale do rio Lima, localizadas na fronteira entre os concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, foi elaborado o POATAL que incide sobre o território da envolvente contígua aos planos de água definidos pelas albufeiras assim como abrange parcialmente superfícies da área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG).
<b>Eficácia</b>	Resolução de Conselho de Ministros n. 27/2004, publicado no DR I SÉRIE-B, n.º 57 de 08 de março de 2004.
<b>Sumário</b>	Concretamente “o plano incide sobre o plano de água e zona de proteção com uma largura de 500m contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota 50m na Albufeira de Touvedo e Cota 338m na Albufeira do Alto Lindoso) e medida na horizontal, integrando parte do território dos municípios de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Melgaço.” (Preâmbulo da RCM n.º 27/2004, de 08 de março de 2004). Tendo em atenção o PDM e o POPNPG, teve como um dos objetivos “garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional”, estabelecendo várias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que se dividem em dois grupos: as Unidades Operativas sobre Espaços Urbanos e as Unidades Operativas sobre Áreas de Interesse Turístico.
<b>Dinâmica</b>	O POATAL, não foi no decurso do tempo sujeito a qualquer procedimento previsto no RJIGT.
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O POATAL relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificada assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Plano Diretor Municipal (PMOT) – o POATAL relaciona-se com o PDM em duas matérias: 1) em termos das opções de qualificação do território com as propostas de implantação de determinados equipamentos de utilização coletiva, ou similar, e instalações de apoio ao potencial de valorização de sítios com reconhecido valor patrimonial, e que por isso estão relacionados pela ótica estratégica; 2) em matéria de licenciamento de operações urbanísticas em áreas em solo urbano, a emissão de parecer técnico municipal não carece de consulta da entidade que tutela o POATAL.</li><li>• Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PPONPG) – o POATAL relaciona-se com o POATAL, pela exclusiva razão de que no território associado à albufeira do Alto Lindoso, os dois planos incidem parcialmente na mesma área. O que a experiência demonstra é que no essencial nas áreas classificadas como <i>solo urbano</i>, o licenciamento de operações urbanísticas segue o princípio de que o serviço de licenciamento urbano municipal não carece de parecer das entidades com tutela, e que em termos de propostas para o solo rural o resultado acaba por ser inócuo em termos de desenvolvimento estratégico, atendendo ao potencial emergente da orografia, paisagem e relação com os planos de água das albufeiras.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão acessíveis online por via do site do MAV que redireciona para a plataforma da DGT.

### 3.1.1.8. Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

<b>Denominação</b>	<b>Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês</b>
<b>Âmbito</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território - PEOT
<b>Incidência territorial</b>	A área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), foi a primeira área protegida do nosso país e é a única com o estatuto de parque nacional, reconhecido internacionalmente com idêntica qualificação, desde a sua criação, por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), devido à riqueza do seu património natural e cultural, sendo um dos últimos redutos do país onde se encontram ecossistemas no seu estado natural, com reduzida ou nula influência humana, integrados numa paisagem humanizada. Por estes factos a conservação da natureza, a proteção das espécies naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e a manutenção dos equilíbrios ecológicos constituem preocupação essencial do Estado, justificando a adoção de especiais medidas de proteção, adequadas a um espaço patrimonial nacional único de inquestionável valor.
<b>Eficácia</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A72011, publicado no Diário da República, n.º 25, I Série-B, de 04 de fevereiro de 2011.
<b>Sumário</b>	A revisão do plano teve por objetivos salvaguardar os recursos e valores naturais existentes e assegurar a compatibilização entre a proteção destes recursos e as atividades humanas desenvolvidas nas áreas em causa. Introduzidos regimes de diferenciação positiva com melhor definição das áreas sujeitas a regimes de proteção e das áreas que, por integrarem perímetros urbanos, a eles não estão sujeitas. Aumento do regime de proteção das áreas de mais elevado estado de evolução natural e menos alteradas pela intervenção humana, nomeadamente através de melhor e mais abrangente zonamento das áreas de proteção total. Simplificados procedimentos de autorização e de emissão de parecer pelo ICNB, I. P., em especial de controlo prévio das operações urbanísticas. Foram melhoradas as condições de visita da área do PNPG e as condições de acolhimento, gestão e orientação dos visitantes.
<b>Dinâmica</b>	<p>O POPNPG, foi no decurso do tempo sujeito à seguinte dinâmica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração 01: Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, publicado no Diário da República, n.º 261, I Série-B, de 11 de novembro de 1995;</li><li>• Revisão 01: Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A72011, publicado no Diário da República, n.º 25, I Série-B, de 04 de fevereiro de 2011.</li></ul>
<b>Relação com outros instrumentos de gestão territorial</b>	<p>O POPNPG relaciona-se com outros IGT com incidência territorial, simplificadamente assim:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Plano Diretor Municipal (PMOT)</u> – o POPNPG relaciona-se com o PDM em duas matérias: 1) em termos das opções de qualificação estratégica do território; 2) em matéria de licenciamento de operações urbanísticas em áreas em solo urbano, a emissão de parecer técnico municipal não carece de consulta da entidade que tutela o POATAL.</li><li>• <u>Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e Alto-Lindoso (POATAL)</u> – o POPNPG relaciona-se com o POATAL, pela exclusiva razão de que no território associado à albufeira do Alto Lindoso, os dois planos incidem parcialmente na mesma área. O que a experiência demonstra é que no essencial nas áreas classificadas como <i>solo urbano</i>, o licenciamento de operações urbanísticas segue o princípio de que o serviço de licenciamento urbano municipal não carece de parecer das entidades com tutela, e que em termos de propostas para o solo rural o resultado acaba por ser inócuo em termos de desenvolvimento estratégico, atendendo ao potencial emergente da orografia, paisagem e relação com os planos de água das albufeiras.</li></ul>
<b>Disponibilização</b>	Os elementos fundamentais do plano estão acessíveis online por via do site do MAV que redireciona para a plataforma do ICNF.

### 3.1.2. Disponibilização de Informação e Conteúdos dos PMOT e outros IGT

A informação e os documentos instrutórios dos IGT encontram-se disponibilizados nos serviços municipais e no site oficial do município o qual liga à plataforma WEB GIS, podendo qualquer munícipe efetuar diversas ações e recolha de informação sobre o território em <https://www.cmav.pt/frontoffice/pages/338>.



### 3.1.3. Planos, Programas e Outros de Natureza Específica

#### 3.1.3.1. Áreas de Reabilitação Urbana

Com sentido de oportunidade e de fomento alargado a vários sectores o Município observa as possibilidades que as **Áreas de Reabilitação Urbana - ARU**, podem trazer ao desígnio principal de promoção alargada, abrangente e com sentido estratégico do desenvolvimento do território, como mais uma importante componente ao propósito até então encetado no diverso domínio de atuação municipal que vem sendo concretizada.

Este foco tem também um sentido operacional de dar tradução municipal aos objetivos nacionais em matéria de ordenamento do território e urbanismo, privilegiando as intervenções e ações de reabilitação urbana para as quais as políticas legais e de incentivo nacionais têm adquirido forte expressão.



O Município de Arcos de Valdevez tem à data de elaboração deste relatório vinculada a ARU do Centro Urbano de Arcos de Valdevez, na sua delimitação aprovada inicialmente em julho de 2014, e na sua configuração atual que determinou o alargamento da área de intervenção, por aprovação em junho de 2017.



O mais importante a esta referência sobre a ARU em vigor prende-se com a experiência e a maturidade adquirida desde a sua implementação e que por força das intervenções recentes na sede de concelho, quer sejam do sector público como do privado, respetivamente projetos de reconversão urbanística, de equipamentos coletivos e projetos de reabilitação de edifícios particulares, vem-se verificando interessante dinâmica de execução, ao que se torna de todo conveniente dar novo, mais alargado e abrangente impulso.

A experiência, entendendo-a sob a perspetiva do incentivo à reabilitação, revela-se com evidência positiva, quer seja pela natureza das obras quer seja pela sua dimensão, pelo que a oportunidade de o município intervir proactivamente neste domínio deve ser cada vez mais encarada com maior abrangência e integração.



As solicitações conhecidas de procura no mercado imobiliário de soluções habitacionais e de negócio, manifestações estas de âmbito e interesse particular, a tendência para o aumento do interesse em melhorar as condições de utilização dos edifícios, e a intenção municipal em gerar as melhores condições para o repovoamento do território, deverão ser atendidas e fomentadas também com recurso aos mecanismos que uma ARU e os incentivos que a ela estarão associados.

Assim, conciliando a finalidade estratégica nacional da constituição das ARU com a estratégia municipal em curso, encontrando inequívoco encontro de visão sobre a condição do território e paralelismo na perspetiva de encontrar soluções para o desenvolver, o Município entendeu que o foco de constituição de novas ARU deveria dar resposta à seguinte orientação estratégica:

*Identificar no território de Arcos de Valdevez concentrações suficientemente consolidadas com um nível de estruturação e organização que permita configurar com relativa facilidade a sua delimitação enquanto aglomerados urbanos, que revelem valores patrimoniais de conjunto ou singulares, e que estejam abrangidas por instrumentos ou regimes de proteção e salvaguarda ou que para elas tenham sido já efetuados exercícios e estudos de planeamento e ordenamento do território.*

Desta definição surgiu intenção municipal de dar corpo a propostas de constituição de ARU em aglomerados urbanos contextualizados em espaço rural. Assim sem prejuízo do que possa vir a ser tecido adicionalmente, são estas algumas das considerações que induziram à formulação de propostas de constituição das ARU nas freguesias de **Sistelo** (Igreja, Padrão e Porto Cova), de **Soajo** (vila) e de **Ermelo** (igreja), num total de cinco aglomerados urbanos, perspetivando a atualização do propósito da constituição das ARU, e com a oportunidade de contexto sustentar com consistência a sua aprovação.

Entende-se por estas razões, que se consideram pertinentes, que os espaços urbanos identificados com a maturidade então adquirida, e pelo momento evidenciado, que se pode interpretar como uma oportunidade de as configurar dando um maior leque de possibilidades e abrangência, quer seja ao sector privado quer seja ao sector público, considerando adicionalmente o seu enquadramento em território de montanha.



Uma oportunidade demonstrada com o exercício sumário aqui feito, com a maturidade e profundidade necessária sobre o trabalho efetuado à luz daquilo que é hoje a realidade do município de Arcos de Valdevez em matéria de potencial de desenvolvimento, o território com o qual se relaciona e os desafios legislativos, instrumentais, normativos e de compromisso, que se colocam à administração pública com poder interventivo no desenvolvimento territorial e urbano e logo social e económico.



Atendendo às condições explanadas de oportunidade, maturidade, instrumentos, interpretação territorial, e outros fatores diversos, sugere-se, portanto, que se considere um bom contributo para o desenvolvimento e competitividade territorial a continuidade do processo de constituição e de aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana de aglomerados urbanos em ambiente rural.

Com base nos objetivos e princípios gerais do Regulamento Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e no que sobre o qual o município alicerça atualmente parte da sua estratégia de desenvolvimento, foram estabelecidos objetivos gerais que orientam finalidade da constituição das ARU assim como os seus objetivos específicos.

### Objetivos gerais

- Melhorar a imagem urbana e arquitetónica do espaço público e do edificado;
- Valorizar o património, nomeadamente, valores culturais construídos e paisagem;
- Garantir a funcionalidade e a eficiência do edificado – mobilidade e acessibilidade e condições de eficiência nos edifícios.

### Objetivos específicos (enquadrados em cada objetivo geral determinado)

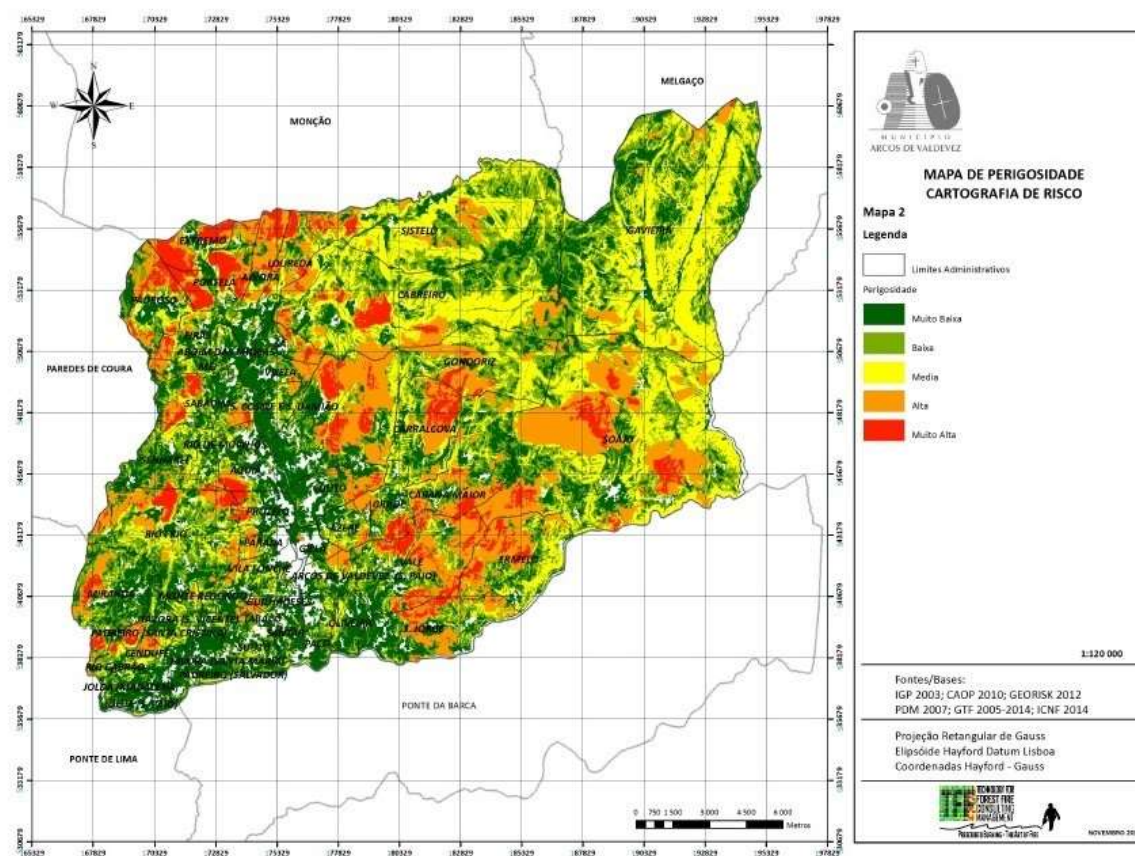
- ✓ **Objetivo geral 1: *melhorar a imagem urbana e arquitetónica do espaço público e do edificado:***
  - Consolidar o aglomerado;
  - Valorizar e reabilitar os edifícios com valor arquitetónico;
  - Reabilitar os edifícios habitacionais degradados e funcionalmente desadequados;
  - Requalificar os equipamentos coletivos e o espaço público, promovendo a sua multifuncionalidade e a sua utilização regular;
  - Modernizar as infraestruturas existentes;
  - Intervir nos espaços urbanos degradados;
  - Consolidar e articular a rede de equipamentos e de espaços coletivos qualificados.
- ✓ **Objetivo geral 2: *valorizar o património cultural e natural - paisagem, valores culturais, valores construídos singulares:***
  - Valorizar a paisagem do aglomerado entendendo-a como o resultado do edificado vernáculo, espaços verdes envolventes, seja potenciar a paisagem humanizada do aglomerado como uma expressão cultural;
  - Valorizar os imóveis e estruturas singulares do aglomerado as quais no essencial, lhe conferem diferenciação.
- ✓ **Objetivo geral 3: *garantir a funcionalidade e a eficiência – mobilidade e acessibilidade e condições de eficiência nos edifícios:***
  - garantir o equilíbrio e a articulação funcional entre a área que se propõe reabilitar e a envolvente;
  - adequar os edifícios às boas condições de utilização e funcionalidade dos edifícios;
  - adaptar os edifícios de melhores condições de mobilidade e acessibilidade;
  - adaptar alguns espaços públicos às condições de mobilidade e acessibilidade;
  - melhorar a eficiência energética dos edifícios e infraestruturas públicas.

### 3.1.3.2. Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, que visa concretizar os objetivos estratégicos de diminuição do impacto causado pelos incêndios florestais, procurando defender a floresta, a vida das pessoas e dos seus bens.

O PMDFCI de Arcos de Valdevez, cuja versão inicial foi aprovada pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), a 20 de maio de 2009, já foi atualizado dando cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor.

O PMDFCI 2016-2020 foi aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a 25 de novembro de 2016 e continua a manter o objetivo fundamental de redução gradual do número de ocorrências que dão origem a incêndios florestais e a redução da área ardida.



### 3.1.3.3. Plano de Ação para a Regeneração Urbana

O PARU de Arcos de Valdevez pretende dar continuidade aos processos de reabilitação e revitalização desenvolvidos nos últimos anos e alguns em curso, que envolvem o centro urbano no conjunto das partes que o constituem. Os processos de reabilitação inclusivos que promovam a atratividade residencial e económica das áreas urbanas centrais é um claro contributo para o reforço da justiça social e territorial.

Os processos de reforço da coesão territorial e da justiça social passam pela promoção da qualidade de vida e do bem-estar nas centralidades urbanas, nomeadamente nas áreas históricas e mais antigas.

Assim, o desafio foi colocado na construção de um polo dinamizador e estruturante para qualificar o espaço do interior do Minho-Lima, para consolidar especializações funcionais (nomeadamente ligadas ao ambiente e aos bio recursos e às produções agropecuárias de montanha, ou à atratividade empresarial).

A proposta de reabilitação urbana para Arcos de Valdevez aposta numa diferenciação urbana contextualizada no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

- ✓ Em termos de reabilitação urbana pretende-se seguir as orientações do eco urbanismo:
  - Um planeamento urbano apoiado na ecologia vai situar a proposta de modelo urbano na própria região. Mais concretamente, Arcos de Valdevez vai apostar a sua estratégia num modelo urbano que valoriza a qualidade dos recursos naturais singulares da área envolvente;
  - Num projeto urbano que pressupõe uma leitura da paisagem histórica que incorpora tanto uma compreensão da natureza como da cultura (na sua interação). Logo, uma integração positiva, entre o urbano e a natureza, com um desenho urbanístico com orientação ecológica (Plano Verde).
- ✓ Em termos de recursos culturais e da história da ciência, merece referência o papel e a singularidade do Padre Himalaia, sobretudo pelo seu carácter inventivo, o seu reconhecimento internacional e a sua atenção especial pelas ciências da natureza (energia, nomeadamente) e agrárias. Com base nestes recursos diferenciadores a estratégia urbana vai passar pelo reforço da Cultura de Inovação em prol da atratividade dos jovens.
- ✓ Em termos de modernização da base económica de comércio e de serviços e de estímulo à inovação deve-se reforçar os negócios nomeadamente em torno do Turismo, da Natureza e da Cultura.
- ✓ Simultaneamente, pretende-se construir uma urbanidade que favoreça a sociabilidade, onde os espaços públicos induzem à convivência e fruição urbana e à mobilidade pedonal. Dados os elevados níveis de envelhecimento da população, a intervenção urbanística na ARU integrará também essa preocupação, em prol de um eco urbanismo socialmente mais inclusivo.

### Objetivos Estratégicos do PARU

Os objetivos de reabilitação urbana enquadram-se nas orientações dos IGT em vigor nomeadamente PROT e PDM. Os objetivos estratégicos que norteiam a reabilitação urbana de Arcos de Valdevez são:

- Incentivar e facilitar a reabilitação do edificado com valor patrimonial e histórico e dinamizar a reabilitação do tecido urbano degradado;
- Promover a revitalização e a atratividade económica e fomentar o turismo, a cultura e o lazer;
- Qualificar o espaço público e reforçar a articulação entre a cultura e a natureza seguindo as orientações do eco urbanismo;
- Reforçar a centralidade urbana e aumentar a sua atratividade regional e transfronteiriça.

A concretização destes objetivos passa pelo desenvolvimento de um projeto diferenciador em termos de soluções residenciais e urbanas, onde o aprofundamento do intercâmbio urbano-rural deve ser dinamizado, a oferta turística deve de ser potenciada em rede e o reforço da atratividade deve dirigir-se para novos segmentos da procura.

#### 3.1.3.4. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC)

Encontra-se em curso a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho (PIAAC do Alto Minho), ao abrigo da candidatura “ALTO MINHO adaPT | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho”.

Pretende-se que o PIACC do Alto Minho contribua para:

- Promover a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal no território do Alto Minho;
- Criar uma cultura e práticas de adaptação transversal aos vários sectores e *stakeholders* deste território, reforçando a resiliência territorial do Alto Minho.

Têm vindo a ser promovidos diversos momentos de reflexão conjunta e de interação entre a equipa responsável pela elaboração deste instrumento de planeamento e os diversos agentes locais/sectoriais, de entre os quais o Município de Arcos de Valdevez.

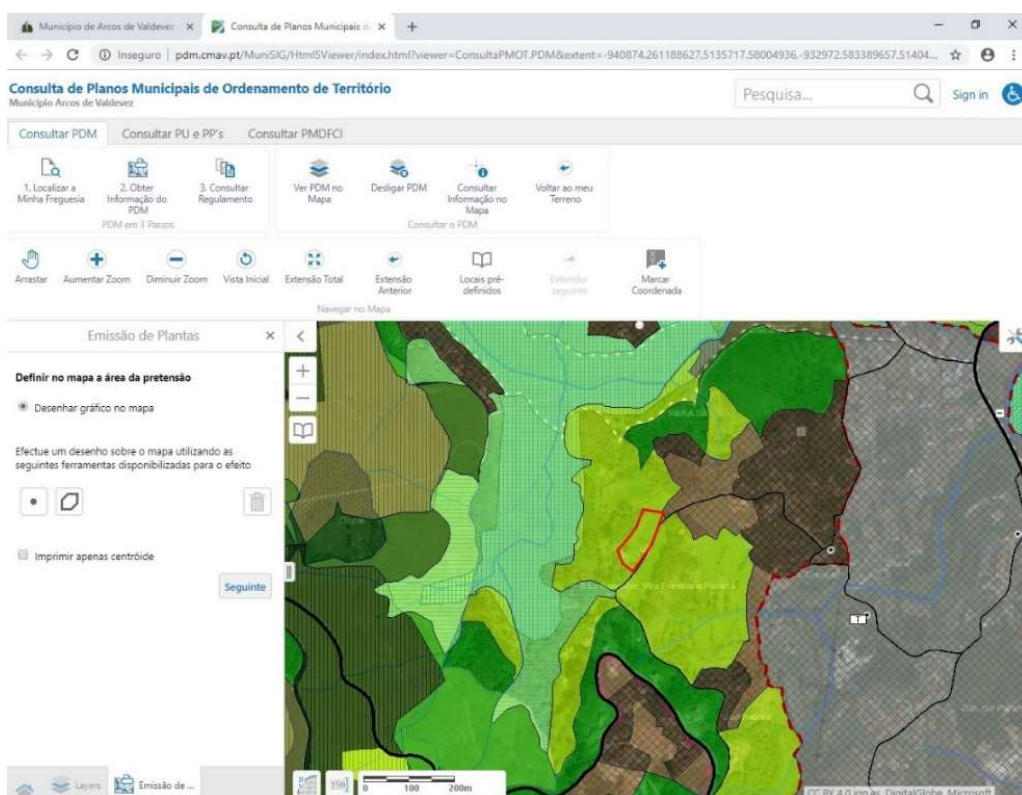
Encontram-se a ser levadas a cabo um conjunto de reuniões descentralizadas, com cada um dos municípios do Alto Minho, a fim de debater e melhor ajustar as propostas/medidas de ação e projetos âncora 2021-2030 do PIAAC do Alto Minho e respetiva priorização, não só aos diversos e diversificados contextos territoriais, mas também aos diversos instrumentos de gestão territorial, quer vigentes, quer em fase de revisão e/ou de elaboração.

## 3.2. GESTÃO URBANÍSTICA

A gestão urbanística municipal decorre do preceituado na lei portuguesa logo do normal funcionamento das instituições públicas, sendo que no Sistema de Qualidade implementado no município, no que concerne ao **Processo 05 – Gestão do Urbanismo e Atividades Económicas**, pode ler-se no respetivo mapa de processo que a missão é «assegurar a implementação das políticas no âmbito da gestão urbanística, planeamento e ordenamento do território municipal e da fiscalização das competências municipais de acordo com a legislação em vigor, de forma a garantir o ordenamento do território, a qualidade de vida da população».

Esta definição vem dar cumprimento àquilo que são as competências e as atribuições das autarquias municipais, previstas no Regime das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), em consonância com a LBOTDU, logo o garante de que o ordenamento do território em matéria de gestão urbanística é realizado à luz da legislação vigente, nomeadamente no cumprimento do determinado nos PMOT eficazes e sempre que existam para determinada área em consideração, em observação do regime das operações urbanísticas de loteamento aprovadas.

Os pareceres emitidos em matéria de licenciamento urbano, tornaram-se nos últimos anos, mais céleres e eficazes na apreciação no que concerne à confrontação das pretensões com os PMOT, na medida em que o recurso a tecnologias, a ‘digitalização’ de planos e cartografia, entre outros, se verificaram. Tanto para quem elabora o projeto como para quem emite parecer técnico, para além de outras normas de procedimento, foi introduzida a entrada de processos de urbanismo e arquitetura devidamente georreferenciados.



Plataforma WEBGIS que permite a consulta online aos PMOT vigentes no Município

### 3.2.1. Licenciamento Urbano

No serviço de licenciamento urbano do Município verifica-se que as solicitações para construção e/ou reabilitação de edificações, predominantemente para habitação, continua a fazer-se sentir com forte sentido do lugar, sendo os pedidos geograficamente localizados nas freguesias.

Esta é uma tendência que se mantém no concelho de Arcos de Valdevez e que o marca positivamente em termos da vida que se manifesta no território. No período de referência a dinâmica de edifícios licenciados, por tipo de obra e por destino de obra (finalidade), foi a seguinte:

	Tipo de Obra		Destino de Obra		TOTAL
	Construção nova	Ampliação, Alteração ou Reconstrução	Habitação Familiar	Outros	
2011	63	36	86	13	99
2017	85	69	91	63	154
Varição	+35%	+92%	+6%	+385%	+56%

In: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3INE) - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios | Fonte: INE

TIPO DE OBRA	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Distribuição
Construção	82	90	86	74	85	417	45.93%
Ampliação	56	45	28	28	25	182	20.04%
Alteração	17	18	10	13	36	94	10.35%
Reconstrução	14	27	11	9	8	69	7.60%
Demolição	26	53	33	20	14	146	16.08%
Total	195	233	168	144	168	908	
Crescimento		+ 19.49%	- 27.90%	-14.29%	+16.67%		

In: INE – Edifícios licenciados segundo o tipo de obra, destino de obra e plano de ordenamento | Estatísticas da Construção e Habitação; Licenciamento de Obras | 2013/2017

Os dados sobre a evolução das obras por finalidade mostram que a tendência recente das obras de edificação, licenciadas, têm um considerável incremento nas obras que não destinadas a habitação familiar, logo pode deduzir-se que existe uma tendência para um perfil de investimento. É um indicador de que o concelho se tem tornado atrativo também por via da abordagem introduzida nos regulamentos do PMOT, que promovem a potenciação de múltiplas opções de utilização do solo.



### 3.2.2. Distribuição dos Edifícios em Solo Urbano e em Solo Rural

Importa verificar a localização dos edifícios face ao tipo de solo de acordo com o PDM excluindo a área territorial abrangida pelo PUSCAV. Esta informação reporta-se ao momento censitário de 2011 – INE, o que expressa que se tratam de edifícios recenseados até esse ano, nomeadamente os edifícios antigos edificados anteriormente à entrada em vigor dos planos municipais. Assim de acordo com os dados recolhidos no SIG Municipal tem-se a seguinte distribuição dos edifícios face à qualificação do solo plasmada na Planta de Ordenamento do PDM:

SOLO RURAL - Distribuição dos Edifícios de Acordo com a Classificação e Qualificação do Solo | análise: SIG municipal

<i>Espaço Agrícola</i>	1593	<b>10.38%</b>
<i>Espaço Florestal</i>	372	<b>2.42%</b>
<i>Espaço de Exploração Mineira</i>	0	<b>0.00%</b>
<i>Espaço Natural</i>	81	<b>0.53%</b>
<i>Espaço Cultural</i>	0	<b>0.00%</b>
SOLO RURAL   TOTAL		<b>2046 13.00%</b>

Os edifícios associados ao espaço de *Área Agrícola Condicionada* (RAN) e os edifícios em espaço de *Área Agrícola Complementar*, os quais no seu conjunto representam 10.38% do universo dos edifícios recenseados à data (INE censos 2011), é o que sobressai deste quadro.

Esta situação decorre essencialmente das características seculares do território, da estrutura social da população residente, a qual mantém uma íntima relação com a prática agrícola do terreno associado à respetiva moradia, assim como ao perfil de solicitações e ponderação de condições elegíveis para a viabilização de obras particulares, aos quais a Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional, enquadrava no regime de exceções previstos na legislação vigente.

No Solo Urbano, do universo dos edifícios recenseados à data (INE censos 2011), a distribuição de acordo com as qualificações do PDM, é a representada na tabela seguinte, e de onde se releva a utilização dos *Aglomerados Estruturantes* e as *Áreas de Expansão Urbana dos Aglomerados Estruturantes* como a localização preferencial para a edificação, representando no seu conjunto aproximadamente 78% da totalidade de edificações existentes no território municipal.

Também para aqui se expressa que se tratam de edifícios recenseados até 2011, nomeadamente os edifícios antigos edificados anteriormente à entrada em vigor dos planos municipais.

SOLO URBANO – Distribuição dos Edifícios de Acordo com a Classificação e Qualificação do Solo | análise: SIG municipal

<i>Espaço Urbanizado</i>	12459	<b>81.21%</b>
<i>Espaço Cuja Urbanização Seja Possível Programar</i>	837	<b>5.46%</b>
SOLO URBANO   TOTAL		<b>13296 87.00%</b>

Verifica-se, dos dois pontos anteriores, que no universo dos edifícios recenseados à data (INE censos 2011), **87.00%** estão localizados em Solo Urbano e **13.00%** em Solo Rural.

A distribuição espacial, em território abrangido pelo PDM (sem a área abrangida pelo PU da Sede de Concelho), dos edifícios até ao ano de 2011, está organizada na tabela seguinte em quatro classes principais de ordenamento/condicionante do solo, sejam o Espaço Urbanizado (Aglomerado Estruturante), o Espaço Urbanizável (Espaço cuja Urbanização Seja Possível Programar), a Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional:

2011 (INE)	Urbanizado		Urbanizável		REN		RAN		REN e RAN	
	un	%	un	%	un	%	un	%	un	%
Edifícios	11297	81.09	837	6.01	263	1.89	1340	9.62	195	1.40
Alojamentos	11583	81.09	879	6.15	267	1.87	1357	9.50	199	1.39

### 3.2.3. Qualificação do Solo (PMOT) e Gestão Urbanística

A estrutura do ordenamento do território na figura da qualificação do solo vinculada pelos PMOT, permitem que se assimile a importância e utilidade desta em termos da manutenção da dinâmica e vivência tradicional no concelho.

Os resultados explanados nos pontos anteriores mostram uma forte tendência para a ocupação de solo urbano para a edificação, facto que é natural e coerente, proporcionado pela referida estrutura de qualificação do solo, ao qual o licenciamento tem correspondido em consonância com o planeamento.

Esta exposição advém do facto da estrutura do solo urbano qualificada por via dos PMOT interpretar a realidade dos lugares em que o povoamento se faz sentir de forma sólida, com evidente sentido cultural e social.

Os aglomerados urbanos e as suas respetivas áreas de expansão, estando em concordância com a ocupação do solo efetivo, distribuem-se pelas freguesias, articuladas pela rede rodoviária municipal. Não deve por isso entender-se que os 87% de incidência do parque edificado em solo urbano, esteja circunscrito à concentração da sede de concelho e áreas que orbitam na sua periferia.

A pressão positiva da contínua entrada de processos de licenciamento urbano nesses aglomerados urbanos em meio predominantemente rural, consolidando com novas construções e reabilitações os mesmos, despertam para a evidência do modo de viver à qual a população tem um forte vínculo e preferência de localização. Os valores patrimoniais associados ao ambiente rural envolvente são forte argumento à escolha.

O exemplo da qualificação do solo urbano, em ambiente rural, em distintas classes de ocupação, e com regimes vocacionados para a manutenção e potenciação de cada uma dessas partes do território atendendo à sua aptidão e vocação, tem permitido à gestão urbanística interpretar à luz do quadro legal uma normal e assertiva atuação em favor da valorização do território e muito importante da manutenção do povoamento.

Alia-se a este conceito o crescente interesse por parte de pessoas de diversa origem no empreendedorismo rural aliado à residência num registo de trabalho e vida em meio rural, ao que por exemplo os regimes preceituados para a utilização de solos REN, RAN, ou os de atividades compatíveis, têm sido um importante contributo para a manutenção da vivência do território.

A evolução do licenciamento urbano comparando a procura de localização em Solo Urbano versus a localização em Solo Rural demonstra a tendência do interesse que o solo rural tem despertado nos requerentes nos últimos anos, ao que o regime do PDM tem dado possibilidade de concretização.

PDM	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Distribuição
Solo Urbano	155	184	144	128	138	749	82.49%
Solo Rural	40	49	24	16	30	159	17.51%
Total	195	233	168	144	168	908	
Crescimento		+ 19.49%	- 27.90%	-14.29%	+ 16.67%		

In: INE – Edifícios licenciados segundo o tipo de obra, destino de obra e plano de ordenamento | Estatísticas da Construção e Habitação; Licenciamento de Obras | 2013/2017

Estes resultados demonstram a tendência crescente para a procura do meio rural como opção de localização de habitação própria ou de investimento (turismo de espaço rural, atividades agrícolas e florestais). Esta situação ganha maior evidência quando comparando o que era a situação recenseada em 2011 (INE) com **87%** das edificações em *Solo Urbano* e **13%** em *Solo Rural* e a referida tendência de licenciamento de sensivelmente **82.50%** em *Solo Urbano* e **17.50%** em *Solo Rural*.

Esta análise aliada à dinâmica de licenciamento urbano nos últimos anos por destino de obra, ou seja, a finalidade da obra, revela importante crescimento dos licenciamentos de atividades associadas à Agricultura e ao Turismo (este com forte impacte), nomeadamente no espaço de tempo dos anos 2016 e 2017, e também muito importante o crescimento associado à Indústria Transformadora.

DESTINO DA OBRA	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Distribuição
Habitação Familiar	109	121	98	94	91	513	56.50%
Agricultura	11	16	8	7	9	51	5.62%
Indústria Transformadora	1	2	2	0	3	8	0.88%
Comércio Tradicional	4	0	1	2	1	8	0.88%
Restauração e Bebidas	1	3	1	2	1	8	0.88%
Turismo	24	17	2	2	25	70	7.71%
Uso Geral	16	21	20	17	23	97	10.68%
Outros Diversos	3	0	3	0	1	7	0.77%
Demolições	26	53	33	20	14	146	16.08%
Total	195	233	168	144	168	908	
Crescimento		+ 19.49%	- 27.90%	-14.29%	+ 16.67%		

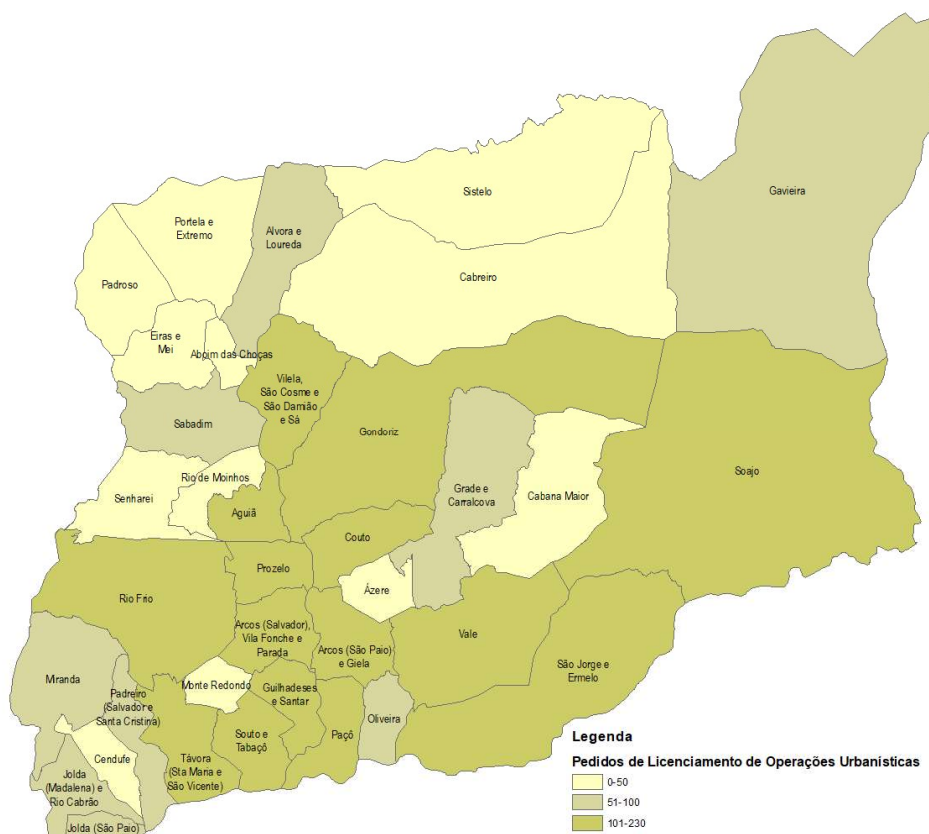
In: INE – Edifícios licenciados segundo o tipo de obra, destino de obra e plano de ordenamento | Estatísticas da Construção e Habitação; Licenciamento de Obras | 2013/2017

Importante também referir que do Serviço de Licenciamento Urbano do Município vêm sendo registados desde 2013 todos os processos de pedidos de operações urbanísticas, georreferenciando esses mesmos pedidos. Considerando todos, desde novas construções até aos pedidos de licença de utilização, entre outros, estão georreferenciados desde então:

Pedidos de Licenciamento	Abrangidos pelo PDM	Abrangidos pelo PUSCAV	Total
Quantidade	2742	342	3084
Percentagem	<b>88.91%</b>	<b>11.09%</b>	100%

Estes pedidos, são o demonstrativo da tendência que a população tem face à localização da sua pretensão, pois aproximadamente 89% desses mesmos pedidos se localizam em área abrangida pelo PDM, logo fora do perímetro abrangido pelo Plano de Urbanização da Sede de Concelho, ou seja, em contexto rural. O fenómeno da preferência de localização nas freguesias persiste neste território e afirma-se cada vez mais.

A distribuição dos pedidos de licenciamento de operações urbanísticas anteriormente referidas (2013-2017) distribuídas pelas freguesias do concelho, é a que se encontra na tabela seguinte, ordenada de acordo com as freguesias onde a procura se tem verificado com maior intensidade:



## 4.0. Estratégia Municipal – Visão para o Território

O município de Arcos de Valdevez, tem nos diversos sectores de desenvolvimento do território e da sociedade, um sentido de oportunidade para o aproveitamento e a implementação dos mecanismos disponibilizados por via de legislação e/ou programas nacionais orientados para o desenvolvimento regional e local sempre com o propósito de fomentar e promover a melhoria das condições de vida e prosperidade da população que vive, trabalha, visita, ou pretenda para este concelho vir viver.

O histórico interventivo, quer por via de planos, por via de programas, quer por via de projetos, tem sido demonstrado pela política municipal há vários anos encetada pelo Executivo e que se refletiu na concretização de um conjunto de obras que materializaram condições para o acolhimento de diversos empreendimentos e atividades com efeito no impulso à dinâmica económica, animação e vivência no município.

Através de intervenções nos espaços públicos, nomeadamente na requalificação urbana, na ampliação e requalificação da rede de mobilidade e acessibilidade, na ampliação e reestruturação das redes de infraestruturas básicas, entre outros projetos concretizados em obra, por todo o concelho, resultou num aumento da condição territorial do município para a fixação, atratividade e potenciação do capital humano.

Neste âmbito, paralelamente, a forte aposta na capacidade de acolhimento empresarial, promovendo a instalação de indústria transformadora e serviços, edificação de equipamentos de utilização coletiva para impulsionar atividades de lazer, cultura e desporto, potenciou-se assim também a proliferação de empreendimentos turísticos, que se tornaram relevantes para o desenvolvimento verificado.

A observância com frontalidade para a realidade e condição do município, interpretando a qualificação urbana deste território no contexto rural que evidencia, identificando claramente a sua ocupação e potenciando com equilíbrio e harmonia a sua utilização, tem permitido manter interessante dinâmica e vivência neste concelho.

Os munícipes identificam-se com a estrutura deste território e reconhecem o papel determinante da vila sede de concelho, dos seus principais aglomerados urbanos que orbitam na sua periferia, dos que proliferam nas meia e baixa encostas dos vales do Lima e do Vez, e dos que assumem importância em contexto de montanha como são o Soajo, o Ermelo, o Sistelo e todas as brandas e lugares distintos que o marcam com identidade.

O **Plano de Dinamização Estratégica do Concelho de Arcos de Valdevez – PDEAV**, define um quadro estratégico com que o Concelho de Arcos de Valdevez se deparará, que incide em fatores imateriais e na prossecução de um esforço coletivo, o qual se encontra marcado pelas seguintes ideias centrais:

- ✓ *pelo desafio relativo à sua consolidação e afirmação enquanto centro estruturante sub-regional, a partir da oferta de infraestruturas, equipamentos e funções urbanas que qualifiquem o espaço interior do Alto Minho bem como o respetivo relacionamento transfronteiriço com o interior da Galiza;*
- ✓ *pela necessidade de se consolidar e focar em termos de especializações funcionais, no quadro de afirmação das suas vocações e das apostas da especialização inteligente regional, especialmente em torno dos*

*sistemas agroambientais e alimentação, do turismo, do eco-urbanismo e da função de acolhimento e dinamização empresarial;*

- ✓ *pelo exigente quadro operacional colocado aos seus agentes, para que sejam capazes de incorporar inovação; de gerar maior valor nas suas ofertas; de privilegiar uma orientação externa visando uma maior inserção em cadeias e mercados globais; e de promover níveis acrescidos de qualificação e empregabilidade da população;*
- ✓ *pelo desafio da sustentabilidade territorial, promovendo um desenvolvimento equilibrado, que vise a conservação dos recursos e ativos territoriais, mas que permita simultaneamente gerar melhores condições de vida e criar novas oportunidades para a população.*

As orientações estratégicas que integram o plano são as seguintes:

#### PROMOVER A GOVERNANÇA LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

A execução do plano implicará a existência de diferentes parcerias institucionais, de geometria variável, capazes de sustentar atividades cada vez mais transversais e complexas, envolvendo recursos e competências técnicas especializadas, que só de forma colaborativa se torna possível congregar.

Por outro lado, é igualmente possível constatar que também a carteira de projetos da Autarquia inclui propostas mais sofisticadas e abrangentes, com projetos de elevado potencial, que implicarão o envolvimento de outros parceiros (locais e externos), e cujos efeitos induzidos dependerão, ou serão tanto maiores, quanto maior for a capacidade dos agentes locais para se envolverem e potenciarem novas oportunidades a partir deles (veja-se, por exemplo, os projetos “Oficinas de Inovação Padre Himalaya”; “Centro de Apoio Tecnológico à Indústria do Alto Minho”; “Centro Interpretativo do Barroco”; Reabilitação Urbana; etc).

Neste sentido, resulta decisivo promover um processo de governança local aberto e em parceria, que por um lado tenha uma grande preocupação com a capacitação dos agentes locais, começando desde logo por aqueles que serão envolvidos na dinamização estratégica do concelho, e que por outro lado crie condições e práticas para a dinamização de redes colaborativas.

#### ADOTAR UMA FOCAGEM E ESTRUTURAÇÃO TEMÁTICA PARA A DIFERENCIAÇÃO

Atendendo aos esforços necessários para a afirmação de novas propostas de competitividade e ofertas territoriais, Arcos de Valdevez deverá selecionar um conjunto limitado de domínios sobre os quais pretende estruturar a sua competitividade e diferenciação territorial, sob pena de dispersar recursos e energia sem se conseguir afirmar, de forma consistente e clara, em nenhuma(s) área(s) concreta(s).



Assim, considerando a vocação e os seus principais recursos diferenciadores, torna-se evidente que o tema Ambiente e as questões a ele associadas dispõem no concelho de recursos, ofertas, reconhecimento e agentes relevantes, bem como de um forte potencial a explorar, pelo que deverá fazer parte das apostas de desenvolvimento a privilegiar.

Um território “não pode ser tudo para toda a gente”, sob pena de se transformar em algo indiferenciado e pouco atrativo. No fundo, o que deverá acontecer consiste no estabelecimento e estabilização em torno de uma ideia, de um conceito claro, com potencial e com futuro, a partir do qual Arcos de Valdevez se poderá afirmar, e em torno do qual estruturará o seu desenvolvimento. (...) Arcos de Valdevez poderá encontrar aqui excelentes oportunidades para a promoção de um processo de desenvolvimento sustentável, atrativo e verdadeiramente diferenciador.

#### PROMOVER ECOSISTEMAS DE VALOR COM BASE NO EMPREENDEDORISMO E NA INOVAÇÃO

O empreendedorismo e a inovação são hoje fatores, dinâmicas e condições essenciais para estruturar e alavancar processos de desenvolvimento económico. Se não existir capacidade para identificar novas oportunidades de aproveitamento de recursos e de geração de soluções empreendedoras, assim como capacidade para as pôr em prática, então será difícil a criação sustentável de valor.

É assim que, num contexto de crescente competitividade como o que se vive, os territórios necessitam fomentar e apoiar o espírito e a cultura empreendedora endógena, e sabê-la combinar com a atração de recursos, investimentos e agentes externos, de forma a serem capazes de criar e ajudar a desenvolver uma base económica local que crie riqueza, emprego e valor.

Para que este processo seja sustentável, resulta cada vez mais importante a capacidade para explorar as fileiras produtivas locais, no sentido de nelas identificar formas de criar valor adicional, através da exploração de novas atividades empresariais, geralmente associadas à subida na cadeia de valor, o que poderá ser feito através da qualificação da base empresarial instalada, ou via criação de novas atividades.

#### CRIAR E QUALIFICAR ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Sendo a oferta de espaços e de equipamentos, cada vez mais, um dos fatores determinantes da oferta de qualidade de vida dos territórios, é importante que a infraestruturação existente em Arcos de Valdevez, que nas últimas décadas tem vindo a registar melhorias assinaláveis, beneficie de um novo salto qualitativo, quer em termos de novas ofertas, quer no que respeita à qualificação das existentes.

É neste sentido que se considera importante a adoção dos princípios do placemaking, no sentido de se prestar particular atenção aos aspetos físicos, mas também culturais e sociais dos espaços e equipamentos existentes, bem como dos que virão a ser criados, considerando os usos e as atividades que eles permitem, mas também

o conforto que oferecem, a imagem que transmitem, as acessibilidades e as ligações que proporcionam e a sociabilidade que geram.

Por outro lado, e tal como proposto no PARU (Plano de Ação para a Regeneração Urbana), será fundamental que Arcos de Valdevez aposte em especializações funcionais inovadoras e diferenciadoras à escala supramunicipal, que contribuam para uma visão e para a afirmação de um conceito territorial em torno do ambiente e do eco-urbanismo (orientações ecológicas).

É assim que ganham particular importância alguns projetos relativos a equipamentos e espaços públicos que poderão funcionar como âncoras urbanas diferenciadoras e como elementos de reforço da oferta da qualidade de vida no concelho.

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E NA PROMOÇÃO DE UMA COMUNIDADE MAIS RESILIENTE E COM MELHOR QUALIDADE DE VIDA
--

Aposta na qualificação dos residentes, sobretudo de forma a garantir maiores níveis de empregabilidade. É a este respeito fundamental que, entre outros aspetos, se promova uma maior articulação entre as Escolas, as entidades ligadas ao Emprego e Formação, e o tecido empresarial, para que seja possível criar respostas de qualificação ajustadas às necessidades e oportunidades produtivas do concelho, atuais e prospetivas.

Considerando o progressivo envelhecimento da população, será fundamental criar respostas sociais inovadoras, que garantam melhores condições de acesso a serviços de apoio à população idosa, assegurando um envelhecimento ativo e saudável. Ainda no que respeita às respostas sociais, constata-se também a necessidade de se proceder à criação e oferta de respostas multidisciplinares, bem como de uma maior partilha de recursos entre os agentes locais, fatores importantes para se conseguirem ganhos de eficácia e eficiência nos apoios disponibilizados.

Num quadro demográfico adverso, duas outras questões merecem particular atenção: por um lado, os esforços para a fixação da população jovem, sendo a este nível importante, entre outros fatores, a geração de oportunidades de emprego e a disponibilização de soluções de habitação que facilitem a sua instalação e consequente fixação; e, por outro lado, as questões relacionadas com as acessibilidades e mobilidade, que apresentam ainda limitações consideráveis no concelho.

Finalmente, atendendo à relevância e ao valor que a diáspora Arcuense possui, através das redes que estas comunidades estabeleceram nos seus locais de acolhimento, na sua capacidade de empreendimento e de risco, e na sua forte e viva ligação identitária e cultural, será fundamental ativar estes relacionamentos e explorar novas oportunidades que possam gerar valor no concelho.

### O quadro Intermunicipal do Alto Minho

A nível intermunicipal, e no quadro do Portugal 2020, a CIM Alto Minho elaborou, a seu tempo, uma estratégia de desenvolvimento territorial para esta sub-região, no âmbito da qual Arcos de Valdevez se integra e articula. Apresentando como visão de futuro “uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva; que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa; que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento; e que, assumidamente resiliente, formaliza a capacidade de resposta à mudança”, esta estratégia assume como desígnios centrais para o desenvolvimento do Alto Minho a Competitividade, a Atratividade, a Conetividade e a Resiliência.

Subjacente a esta estratégia estão dois eixos de ação que se revelam muito importantes, e que também se ajustam particularmente bem aos desafios que uma estratégia de desenvolvimento para Arcos de Valdevez deverá considerar, concretamente

- ✓ a promoção de um equilíbrio entre, por um lado, a conservação, a proteção e a investigação dos valiosos recursos endógenos e, por outro lado, a criação de formas inovadoras visando a sua valorização e produção;
- ✓ a aposta em domínios de competitividade que respeitem a vocação natural do território:
  - permitindo criar combinatórias de ofertas únicas, geradoras de maior valor para os diversos agentes locais que as integram;
  - que funcionem como âncoras e conceitos globais, a partir dos quais se torne possível promover uma marca territorial diferenciadora.

## 5.0. Considerações finais

O território de Arcos de Valdevez pelas características biofísicas e antropogénicas que apresenta encontra-se dotado de um conjunto de instrumentos de gestão territorial que refletem muito esses aspetos. Aos IGT vigentes adicionam-se as incidências de regimes especiais e de tutela diversa que têm forte impacto na gestão corrente dos solos e nas dinâmicas de desenvolvimento estratégico que se vão pretendendo dar impulso e consequência.

Tem-se na atualidade da administração municipal de vários temas o aspeto multidisciplinar, multimunicipal, multi institucional e em alguns casos transfronteiriços de condução de processos, que por estes aspetos adquirem adicionalmente grande complexidade de articulação e convergência.

A diversidade do conjunto de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (*condicionantes*) que incidem neste território é uma evidência que se reflete na concertação e instrução final dos IGT, em particular no PDM e no PU. Estes instrumentos ficam dotados de valências regulamentares e normativas, que em muitos casos em vez potenciadoras daquilo a que se propõem proteger, salvaguardar e dinamizar se tornam imobilizadoras de iniciativa, logo ineficientes para o desenvolvimento.

Em termos de serviços municipais, este relatório, poderá formar base para fundar prática e procedimento que estruture matriz de sistematização de informação e assimilação de mecanismos para uma intensificação de relacionamento e articulação entre serviços, assim como para monitorizar as ações em preparação face ao determinado nos PMOT, no sentido da verificação preliminar da conformidade, do impacto e da adequação ao planificado.

O desenvolvimento, por inerência conceptual, exige preocupações de eficiência, de sustentabilidade e de equidade. A forma como o espaço se organiza interfere no desenvolvimento, porque praticamente toda a atividade humana é localizada.

O espaço é simultaneamente fator e sujeito do desenvolvimento, exprimindo-se em parte pelo acesso físico e económico aos bens, serviços e equipamentos que permitem a satisfação das necessidades básicas, nelas se compreendendo, entre outras, a habitação, o emprego, a educação, o lazer, a saúde e o bem-estar, como oportunidades de benefício, mas também de participação ativa na construção da coesão social, onde a gestão cuidada do espaço onde tudo ocorre, é condição de um contexto adequado ao bem-estar individual e coletivo.

O ordenamento do território, a organização espacial das sociedades humanas e das suas atividades, a todos os níveis, é um pressuposto essencial para o desenvolvimento. E daqui decorre, naturalmente, a necessidade e a importância das políticas territoriais que dão corpo ao planeamento e gestão do território.

Num projeto centrado na inovação e governação nos municípios, o planeamento e a gestão do território é indispensável para que os espaços territoriais autárquicos se possam qualificar como locais de interesse para o investimento, condição necessária do desenvolvimento,

A fixação, atração e regresso de pessoas, constitui uma tarefa emergente, mas complexa que exige a introdução de métodos avançados e estratégicos de planeamento dos aglomerados urbanos e dos territórios envolventes, com níveis de coordenação e monitorização condizentes.

No contexto da administração pública, as autarquias locais apresentam a realidade mais complexa no que respeita à gestão e intervenção no território. Dadas as suas atribuições e competências, necessitam de mais e melhor informação, nomeadamente de informação geográfica, para o conhecimento do seu território e de ferramentas ou soluções específicas para permitir o acesso, consulta, gestão e análise da informação.

A atualidade tecnológica ao nível do processamento da informação geográfica (informação georreferenciada), nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permite adotar metodologias inovadoras, fiáveis e mais rentáveis em termos práticos no domínio do planeamento e ordenamento.

O reforço da implementação do sistema de informação é um propósito que importa fomentar com reforçado interesse até porque a dinâmica que a autarquia incute ao território e aos serviços municipais, assim como a existência dos referidos planos, programas e projetos urbanos que perspetivam o desenvolvimento do concelho num 'futuro emergente', motivam muito a adoção de práticas e metodologias de estudo, elaboração, implementação e monitorização dos mesmos em ambiente SIG, que incremente a capacidade de coordenar e monitorizar o território municipal.

Espera-se que este relatório se torne importante para constituir ponto de partida à elaboração de termos de referência e a base de estudos de caracterização da situação territorial em processos de revisão, alteração ou elaboração de PMOT.

Muito importante, é esperar que a situação descrita neste documento releve indubitavelmente a importância que o espaço rural, o espaço 'fora' do perímetro da sede de concelho, seja observado como o meio que a população deste concelho muito privilegia na procura do sítio para viver, pois esse desde sempre é o seu meio natural de preferência e onde o sentido do sítio e do lugar se revela de forma muito particular.